

cadernos
IHU
ideias

Verdade e História

—

arqueologia de uma relação

José D'Assunção Barros

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



Verdade e História – arqueologia de uma relação

Truth and History – archaeology of a relationship

José D'Assunção Barros
UFRRJ

Resumo

Resta muito pouco da antiga pretensão positivista de alcançar um dia a verdade última, acabada e definitiva. A própria redefinição da História como uma ciência interpretativa leva a se admitir que os resultados e produtos da História a serem alcançados no plano mais geral são apenas *hipóteses* sobre o desenvolvimento do mundo humano, interpretações sobre os processos vividos pela humanidade ou cada uma das diversas sociedades dela constituintes, leituras em torno das razões e desdobramentos dos grandes acontecimentos que impactaram o mundo humano desde os inícios dos tempos, sendo o seu principal resultado a elaboração de “hipóteses sobre o funcionamento do mundo”. Quando ocorre a uma hipótese ser erigida ao status de ‘verdade absoluta’, incontestável e definitiva, pode-se dizer, aliás, que ela se petrifica em dogma e que, ato contínuo, abandonamos o campo da ciência. A principal característica da ciência é a convivência da eterna busca da verdade com a noção concomitante de que a produção de conhecimento necessita da crítica eternamente atualizada e de uma reescrita constante. Quero sustentar que a História trabalha tanto com as ‘intenções de verdades’ que se relacionam com aquele gesto pericial que busca obter precisão informativa, como com as formulações que se referem ao gesto interpretativo de propor hipóteses que apenas anseiam produzir um conhecimento verdadeiro e relativo, embora sem necessariamente alcançar a verdade propriamente dita.

Palavras-chave: História, verdade, ciência, hipóteses, conhecimento científico.

Abstract

Little remains from the old positivist claim to achieve one day the ultimate and definitive true. The redefinition itself of history as an interpretive science leads to admit that the results of the history and outputs to be achieved at the macro level are only *hypotheses* about the development of the human world, interpretations of the processes experienced by humanity or each of several societies that constitutes it, regardings around the reasons and consequences of major events that impacted the human world since the beginning of time and targeting as main result the preparation of “assumptions about how the world works.” When occurs to a hypothesis to be erected to the status of ‘absolute truth’, indisputable and definitive can be said, moreover, it petrifies into dogma and, immediately, it has left the field of Science. The main characteristic of Science is the coexistence of a eternal search for truth with a concomitant notion that the production of knowledge requires eternally critics and constant rewritings. I want to argue that history works with both ‘intentions of truth’ that are related to one expert gesture that seeks to obtain information accurately, as with formulations that refer to interpretive gesture of proposing hypotheses that just seek to produce a true and relative knowledge, although it not necessarily reach the truth itself.

Keywords: History, truth, science, hypotheses, scientific knowledge.

cadernos **IHU** ideias

Verdade e História arqueologia de uma relação

José D'Assunção Barros

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

ano 12 • nº 212 • vol. 12 • 2014 • ISSN 1679-0316

 **UNISINOS**

**INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS**



Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

www.ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XII – Nº 212 – V. 12 – 2014

ISSN 1679-0316 (impresso)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling - Unisinos

Conselho editorial: MS Caio Fernando Flores Coelho; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca; Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Neves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Caio Fernando Flores Coelho

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração eletrônica: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- . v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

VERDADE E HISTÓRIA

ARQUEOLOGIA DE UMA RELAÇÃO

José D'Assunção Barros

UFRRJ

A Palavra e o Mundo

Considerar a complexa relação entre História e Verdade, e, antes desta, a relação entre Conhecimento e Verdade, implica reconhecer que, há já algumas décadas, completou-se um grande processo que apontou sistematicamente e de diversas maneiras, nos vários campos de saber, para o reconhecimento de um incontornável hiato entre a Palavra e o Mundo¹. Para muitos, a palavra – ou a linguagem – deixou de ser vista como uma ponte que liga o homem ao mundo para ser entrevista como uma barreira entre o homem e o mundo. Sem contar, ainda, que a Palavra também pode ser pensada como criadora de novos mundos, construídos a partir de um complexo enredamento de intersubjetividades – mundos que não correspondem ao Mundo objetivo, situado fora das mentes humanas.

Ainda assim, mesmo nos dias de hoje tem se renovado, no âmbito dos vários saberes científicos, este empenho permanente de ajustar a palavra ao mundo – ou de buscar uma adequação entre o que se diz que aconteceu e aquilo que realmente aconteceu, no caso da História. A Palavra, por outro lado, não tem apenas a propriedade de se ajustar ao mundo: por vezes, ela é também um poderoso instrumento capaz de propor um desvendamento do mundo. Essa dupla função de enunciar fatos ajustá-

1 Kant, por exemplo, já começa a atentar para o papel da constituição do mundo pelo sujeito transcendental – isto é, daquele que está em condições e possibilidades de experiência – e passa a eleger como principal objeto de investigação filosófica as condições de possibilidade do conhecimento e os limites da razão. Nietzsche irá além em sua crítica do conhecimento, e colocará em cheque mesmo as duas formas apriorísticas de intuição indicadas por Kant (o espaço e o tempo), afirmando que também as concepções e modos de sentir o espaço e o tempo estão sujeitas a mudanças históricas. Também é atribuído a Nietzsche, embora haja controvérsias sobre isto, o aforismo de que “não há fatos, só há interpretações”. Enquanto isto, na historiografia do século XIX, alguns dos historicistas já começam a debater o papel do sujeito na produção do conhecimento historiográfico. As discussões sobre os limites do conhecimento – ou seja, sobre a ruptura entre a Palavra e o Mundo – seguem pelo século XX adentro, e vão encontrar no chamado “giro linguístico” um dos seus principais debates. Antes deste, entretantes, cabe ressaltar as reflexões de Wittgenstein sobre os limites da linguagem nas *Investigações Filosóficas*.

veis ao mundo, e de propor desvendamentos relacionáveis ao funcionamento deste mesmo mundo, está também presente na operação historiográfica, de modo que esta será a base de minhas considerações sobre as formas de interação entre Verdade e História.

Podemos começar por reconhecer que no mundo contemporâneo – sob o contexto das suas inúmeras incertezas, e apesar dos últimos duzentos anos de consolidação de uma historiografia profissional e científica no velho e no novo mundo – certamente pareceria um pouco ingênuo, para a maioria dos historiadores de formação, a pretensão de que a História seja capaz de produzir “verdades definitivas” na sua eterna ânsia de buscar explicações para os grandes processos históricos ou de tentar entender as dinâmicas de funcionamento das sociedades que nos precederam no passado e daquelas que nos são contemporâneas.

A reescrita constante da História, expressa através da acumulação sem fim de inúmeras obras historiográficas sobre um mesmo tema, é, de certo modo, uma constatação incontornável e instantânea para qualquer historiador que, na era digital, tem na própria Internet a possibilidade de contemplar a imensa variedade de interpretações e pontos de vista sobre cada um dos diversos problemas historiográficos. Não há como negar que historiadores diferentes, ao visitarem os mesmos conjuntos históricos para examinar os mesmos acontecimentos, ainda assim produzirão necessariamente relatos e análises bem distintos, por vezes antagônicos entre si.

De igual maneira, resta muito pouco, nestes tempos contemporâneos, da antiga pretensão positivista de alcançar um dia a verdade última, acabada e definitiva, ponto final de um conhecimento que poderia esgotar cada tema de estudo historiográfico à maneira de uma ciência exata cujos resultados poderiam ser aceitos consensualmente. A própria redefinição da História como uma ciência interpretativa, levada a cabo nos últimos dois séculos, leva a se admitir, na maior parte da comunidade historiográfica, que os resultados e produtos da História a serem alcançados no plano mais geral são apenas *hipóteses* sobre o desenvolvimento do mundo humano, interpretações sobre os processos vividos pela humanidade ou cada uma das diversas sociedades dela constituintes, leituras em torno das razões e desdobramentos dos grandes acontecimentos que impactaram o mundo humano desde os inícios dos tempos históricos e mesmo pré-históricos.

De resto, em boa medida, pode ser também estendida a qualquer campo de saber a ideia de que a ciência essencialmente não produz verdades, sendo o seu principal resultado a elaboração de “hipóteses sobre o funcionamento do mundo”². Quando

2 Ver comentários sobre isto em TODOROV, Tzvetan, “As ciências morais e políticas” In: *As Morais da História*. Lisboa: Europa-América, 1991, p.14.

ocorre a uma hipótese ser erigida ao status de 'verdade absoluta', incontestável e definitiva, pode-se dizer, aliás, que ela se petrifica em dogma e que, ato contínuo, abandonamos o campo da ciência. A história da historiografia e a história da ciência estão repletas de exemplos sobre formulações científicas que se transformaram em dogmas, com direito a manipulações políticas, precisamente porque aqueles que as elaboraram ou delas se apropriaram abandonaram a consciência de que a principal característica da ciência é a convivência da eterna busca da verdade com a noção concomitante de que a produção de conhecimento necessita da crítica eternamente atualizada e de uma reescrita constante.

Se a Ciência é uma forma de saber que se justifica sob o signo da eterna busca da verdade, sem necessariamente alcançá-la no plano mais geral, por outro lado existem inúmeras outras formas de saber que podemos agrupar sob o signo da perícia. Nos dias de hoje, se não existirem interesses em ocultar ou distorcer os fatos, e tampouco erros produzidos pela má-fé ou incompetência, e considerando ainda que existam evidências suficientes, um laudo de perícia criminal pode pronunciar enunciados capazes de elucidar certas questões relacionadas à ocorrência de um ato criminoso com quase 100% de acerto. Da mesma forma, a meticulosa pesquisa sobre o DNA humano tem levado os cientistas à possibilidade de adquirir informações precisas sobre a longínqua origem da humanidade e suas sucessivas migrações no período pré-histórico. Na História, a crítica documental alcançou um patamar de eficiência considerável entre os séculos XVI e XIX, século este no qual se incorpora à metodologia da história científica, e desde então não cessou de agregar recursos que têm habilitado os historiadores a determinar com precisão aspectos como a datação ou a falsidade de um documento. Esses exemplos, que nos aproximam de um tipo de saber pericial que nos habilita a enunciar cada vez mais afirmações 'adequadas' com relação a determinados aspectos pontuais, convivem na ciência com elaborações mais amplas que se referem a um outro tipo de saber que é mais da ordem das interpretações do que dos enunciados precisos.

Considerando todos os aspectos, podemos dizer que a ciência lida tanto com pequenas verdades relacionadas ao gesto de obter tanto quanto possível precisão informativa, como com grandes afirmações relacionadas ao gesto de propor hipóteses que apenas anseiam encaminhar um contínuo e sempre transformável desvendamento acerca do funcionamento do universo. Nesta palestra, quero sustentar que a História, como campo de saber que pode ser classificado entre as ciências humanas, trabalha tanto com as 'intenções de verdades' que se relacionam com aquele gesto pericial que busca, tanto quanto possível, obter precisão informativa, como com as formulações que se refe-

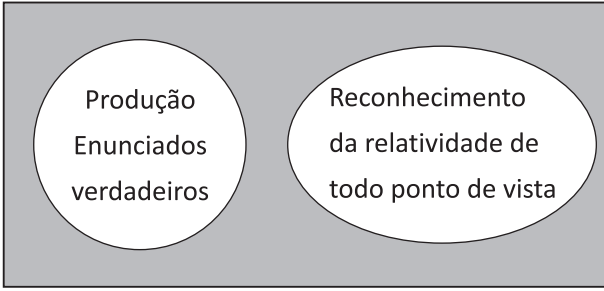
rem ao gesto interpretativo de propor hipóteses que apenas anseiam produzir um conhecimento verdadeiro e relativo, embora sem necessariamente alcançar a verdade propriamente dita. Para tal, precisaremos assumir uma distinção preliminar entre “verdade” e “conhecimento verdadeiro”. Além disso, a reflexão sobre as formas de interação entre História e Verdade deve passar, como sustentarei, por uma compreensão de que a História lida com dois tipos de compromissos para com a obtenção de um conhecimento verdadeiro, os quais chamarei mais adiante de “veracidade” e “veridicidade”.

O dilema fundamental da História

Começarei por algumas considerações acerca do vocabulário necessário para avançar nesta reflexão. É já bem conhecida a aparente contradição ou dilema em que se funda o próprio trabalho do historiador: ao mesmo tempo que este busca obstinadamente construir um conhecimento que possa ser considerado verdadeiro, dificilmente o sujeito que produz o relato historiográfico pode deixar de considerar, em algum nível, que o conhecimento assim produzido refere-se sempre a um ponto de vista, a uma perspectiva, a escolhas relacionadas a aspectos vários que vão desde as visadas possíveis em relação a um objeto até as decisões ligadas ao ato de enunciar em forma de texto as conclusões da pesquisa.

Na produção do conhecimento histórico, enfim, um certo compromisso de falar sobre algo verdadeiro confronta-se com o reconhecimento de que, talvez mais do que em qualquer outra área do saber, o conhecimento produzido pelos historiadores é relativo. A forte presença do sujeito ao abordar o objeto histórico e as marcas que ali são deixadas pela sua própria época e lugar de produção – sem considerar ainda que o historiador trabalha sempre com a mediação produzida pelas suas próprias fontes – fazem da História uma modalidade de conhecimento que não parece ser associável integralmente a uma verdade histórica independente do historiador que a produz, ainda que todo instante o historiador precise se empenhar em oferecer à sua comunidade de leitores alguns índices de veracidade em relação ao objeto ao qual se refere.

Entre muitos dos historiadores e filósofos que apreenderam esta incontornável tensão que se dá no próprio seio da produção historiográfica, e que procuraram sintetizá-la em uma forma mais simples, podemos citar a célebre aporia proposta por Koselleck ao se referir ao conhecimento histórico e ao trabalho do historiador. Busca-se, aqui, simultaneamente produzir “enunciados verdadeiros” e reconhecer a “relatividade de todo ponto de vista”.



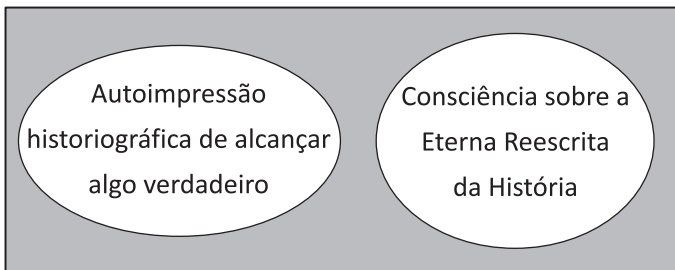
A aporia da História, segundo Koselleck³

Sempre se abrem a várias possibilidades, e se oferecem a múltiplas apropriações, as relações entre estes dois termos que se ocultam ou se revelam na produção historiadora. Reconhecer intimamente que a operação historiográfica comporta a relatividade de diversos pontos de vista, incluindo as possibilidades de distorções, mas difundir oficialmente a ideia de que existe um único enunciado verdadeiro sobre determinado tema ou processo histórico, essa foi uma agenda nada estranha a diversos projetos políticos, sistemas repressivos, poderes instituídos e estratégias encaminhadas por grupos em disputa pelo poder de enunciar a História, ou de definir a História que merece ser considerada verdadeira. Também não são raras as formas de compreensão histórica que buscam anular uma das duas instâncias – a ‘ânsia de verdade’ e a ‘consciência da relatividade’ – em favor do império absoluto da outra. A história da historiografia oferece fartos exemplos acerca de correntes ou realizações historiográficas que desconsideram a ‘relatividade de pontos de vista’ e advogam uma pura objetividade que permitiria chegar a um único enunciado verdadeiro para qualquer processo histórico examinado. Em contrapartida, nos tempos mais recentes afloram também as posições que desconsideram o ideal historiográfico de enunciar algo verdadeiro e que, um tanto afoitamente, abandonam a pretensão a quaisquer referências reais para se entregarem a navegações sem rumo através de um oceano de pura relatividade que parece aproximar a História perigosamente da ficção literária.

Por ora, quero considerar que o dilema fundamental da História tem sido apresentado através de inúmeras formas e variações. De certa maneira, não é mais do que uma reformulação do

3 Uma aporia – expressão que no grego antigo remete às ideias de “caminho inexpugnável”, “sem saída”, ou a uma “dificuldade” a ser enfrentada pelo raciocínio – deve ser aqui entendida como um impasse (efetivo ou aparente), um paradoxo ou incerteza que cria um desafio ou uma dificuldade. A aporia que, na História, estabeleceu-se a partir da coexistência da ânsia pela verdade e da consciência da relatividade de todo ponto de vista foi discutida por Reinhart Koselleck em um dos ensaios inseridos em *Futuro Passado* (1979).

problema em outros termos a aporia abaixo, relativa à consciência sobre a 'permanente reescrita da História'.

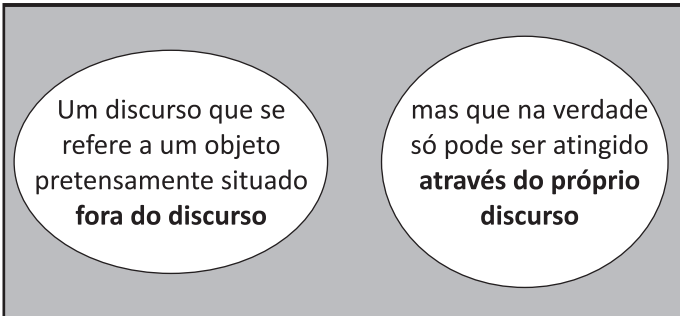


A aporia da História em outros termos: *eterna reescrita da História*

Em termos simples, podemos dizer que cada historiador, ao concluir um trabalho honesto e sistemático sobre determinado tema ou problema histórico, dificilmente deixará de sentir a viva certeza de que acaba de alcançar algo verdadeiro. No entanto, particularmente nos dias de hoje, dificilmente este mesmo historiador terá qualquer ilusão acerca do fato de que as histórias sobre o seu mesmo objeto serão continuamente reescritas no futuro, chegando a novos resultados. Seu próprio trabalho poderá aspirar a se tornar, talvez, um clássico? Converter-se-á apenas em fonte de restrito interesse para os estudos futuros de história da historiografia? Desaparecerá sob a poeira deixada pelo incessante surgimento de novas obras? A implacável continuidade da reescrita permanente da História é a sombra inseparável da impressão, por mais vívida que esta seja, de que produzimos algo de verdadeiro.

Sim, afirma-se cada vez mais o crescimento inevitável da consciência, entre os historiadores, de que os diversos trabalhos historiográficos serão continuamente substituídos uns por outros – e de que, efetivamente, isto sempre foi assim, desde os primórdios da História, mesmo quando esta ainda não se apresentava a si mesma como um conhecimento de tipo científico. Vivemos tempos interessantes para a profissão de historiador. Se a consciência de permanente reescrita da História abalou todas as antigas certezas de que a História pode aspirar à construção de uma verdade radicalmente objetiva e um dia vir a se tornar uma ciência acabada, de resultados concludentes e cumulativos, por outro lado ela não deixa de reatualizar permanentemente a utilidade da História como campo profissional. A consciência acerca da incontornável e constante reescrita da História, enfim, é, nos tempos atuais, inseparável da própria operação historiográfica, e reforça a cada instante a importância do papel dos historiadores nas sociedades contemporâneas.

Por fim, para lembrar uma última aporia relativa à produção do conhecimento histórico e de sua relação com a intenção de verdade, podemos citar o caminho sem saída indicado por Roland Barthes no célebre texto “O Discurso da História” (1967). Para este filósofo francês, o discurso historiográfico seria “o único no qual o referente é visado como exterior ao discurso, sem que, no entanto, jamais seja efetivamente possível atingi-lo fora do próprio discurso”⁴.



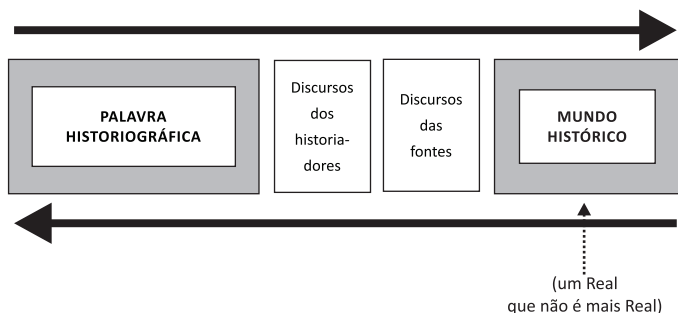
A aporia de Roland Barthes a respeito do *Discurso da História*.

Conforme as considerações de Roland Barthes, os historiadores comportam-se discursivamente como se o seu objeto se situasse em uma realidade extratextual. No entanto, rigorosamente falando, este objeto – certo passado que não mais existe – só pode ser atingido através de outros textos. Os “fatos” com os quais lidam os historiadores, prossegue Barthes, não apresentam senão uma “existência linguística”, como “termos de um discurso”. Reaparece aqui a aporia também enunciada por outros autores: embora pretenda escrever sobre um passado real, o historiador só pode, no máximo, escrever sobre algo que um dia se escreveu acerca de um passado pretensamente real. Como reconhecer na História um conhecimento capaz de tocar a verdade, se entre o historiador e o seu objeto se interpõem diversas camadas discursivas?

Todas as aporias sobre a História que vimos até aqui deságuam, se observarmos bem, em um leito comum. Ao mesmo tempo que visa a uma realidade que efetivamente não mais existe, e que portanto é um real que não é mais real, a *Palavra*, na História, é separada do *Mundo* por duas camadas de discursos. Entre o historiador que produz a *palavra historiográfica* e o caótico *mundo histórico* que já desapareceu, mas que a persistência historiadora insiste em tomar por objeto, interpõem-se os discursos das fontes e os discursos produzidos pelos próprios sujeitos que escrevem

4 BARTHES, Roland. “O Discurso da História” In: *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p.177.

histórias. O giro linguístico, alguém poderia perfeitamente gracejar, dá duas voltas completas sobre si mesmo. O anseio dos historiadores é compreender o passado-passado através do passado-presente (as fontes), ao qual acrescentam uma nova camada de mediação que é o seu próprio discurso.



É lugar comum dizer que todos os arqueólogos são historiadores. Nunca foi tão evidente que os historiadores de todos os tipos – lidem eles com textos, imagens ou memórias – é que são sempre e necessariamente *arqueólogos* de um outro tipo. Não é possível se formar historiador sem aprender a lidar com as várias camadas que recobrem uma realidade que, possivelmente, nunca será encontrada. Ainda assim, enquanto esta meticulosa arqueologia de discursos revira pacientemente tudo aquilo que podemos herdar do mundo histórico através de vestígios de todos os tipos – o que, aliás, inclui as nossas próprias palavras e discursos – pulsa essa ânsia inabalável de, em algum momento, ser encontrado algo de verdadeiro.

Retomemos a tarefa de hoje. Conforme veremos adiante, para escaparmos por dentro das diversas aporias entrelaçadas que envolvem a História, faz-se necessária uma distinção entre 'Verdade' e 'Conhecimento Verdadeiro'. É para lá que devemos apontar os nossos instrumentos e a nossa paciência arqueológica. Ao mesmo tempo, será preciso identificar os elementos que compõem o conhecimento verdadeiro, para o caso específico do discurso historiográfico. Será esta a tarefa encaminhada a seguir.

Veracidade e Veridicidade

Por ora, retornemos à discussão sobre os termos básicos que podem se referir à questão da qual presentemente tratamos. Talvez a maneira mais eficiente de retomar a questão em torno das relações entre Verdade e História seja a de construir distinções entre os diversos conceitos afins com a ideia de *verdade*. Se "verdade" é um conceito filosoficamente escorregadio, sujeito a muitos torneios de sentidos e becos sem saída, uma

primeira distinção pode mais facilmente ser feita entre os conceitos de *veracidade* e *veridicidade*.

Entenderemos “veracidade” como a qualidade daquilo que expressa ou toca, de alguma maneira, a verdade; ou, ainda, como o potencial para a comprovação daquilo que é verdadeiro. Veracidade é uma expressão que guarda relações mais diretas com a ideia de “verdade” propriamente dita. Na historiografia, a ideia de veracidade também sintoniza, em uma de suas possibilidades de sentidos, com a ‘exatidão de conhecimento’ e sua busca. Estamos no âmbito da busca de veracidade quando procuramos ‘adequar’ uma afirmação ou enunciado à realidade efetivamente ocorrida em um passado que já desapareceu ao deixar vestígios sob a forma de fontes. Esse “passado-presente”, como o denominou Koselleck, um passado que apenas conserva a potencialidade de ser chamado de real porque deixou suas marcas no presente, é, rigorosamente falando, o único traço de verdade ao qual o historiador pode ter acesso. A *veracidade* se constitui, essencialmente, deste gesto de afinar aquilo que é dito com um dado ou aspecto do mundo exterior, fora de nós. No caso dos historiadores, a busca de uma “verdade de adequação” – para aqui utilizar um conceito proposto por Todorov⁵ – somente pode ser realizada quando existe fora do sujeito que produz a história uma fonte ou um conjunto de fontes. Para os historiadores, as fontes históricas constituem precisamente aquilo que permite uma ligação, por imperfeita que seja, entre a Palavra e o Mundo.

Nem sempre é possível conseguir uma informação precisa, obviamente; mas, de todo modo, é do âmbito da veracidade mostrar que o que se afirma com relação aos fatos apresentados, ou à realidade em referência, baseia-se em um estudo das evidências e em uma análise crítica das fontes. Enquanto isso, a “veridicidade” pode ser entendida como a qualidade daquilo que é verídico; ou como aquilo que é passível de ser considerado verdadeiro⁶. Com a veridicidade temos aquilo que é *constituído*

5 TODOROV, Tzvetan, “Ficções e Verdades” In: *As Morais da História*. Lisboa: Europa-América, 1991, p.128.

6 De alguma maneira, sintoniza com esta perspectiva a divisão que Todorov procede para refletir sobre a Verdade, separando-a em dois tipos. Há de um lado uma “verdade-adequação” (aquela que só admite como medida “o tudo ou o nada”, e que se encaminha para respostas polarizadas: “isso aconteceu” ou “isso não aconteceu”). Existe, de outro lado, uma “verdade-desvendamento”, que é aquela que admite o “mais ou menos”: “Que X tenha cometido um crime é verdadeiro ou falso, quaisquer que sejam de resto as circunstâncias atenuantes; o mesmo no que diz respeito a saber se os judeus se desvaneceram ou não através das chaminés de Auschwitz. No entanto, se a questão diz respeito às causas do nazismo ou à identidade do francês médio em 1991, não é sequer possível conceber uma resposta deste tipo: as respostas só podem conter mais ou menos verdade, uma vez que aspiram a desvendar a natureza de um fenômeno, não a estabelecer fatos” (TODOROV, Tzvetan. *As Morais da História*. Lisboa: Europa-América, 1991, p.128).

pela verdade (mas não é a verdade, propriamente, em si mesma). Um conhecimento verídico (ou um relato verídico) é aquele que se torna perfeitamente passível de ser admitido como verdadeiro, considerando que satisfaz certas exigências no seu modelo discursivo e nas relações deste com o objeto ao qual se refere.

O conhecimento que apresenta veridicidade não necessariamente coincidirá com a verdade; mas será sempre algo que pode satisfazer ao interlocutor como um conjunto de enunciados e interpretações que pode ser pensado como verdadeiro. Entre outros aspectos, o conhecimento dotado de veridicidade precisa apresentar também *verossimilhança*, a qual é uma expressão que se relaciona à “impressão de verdade” que uma afirmação, narrativa ou interpretação pode desencadear no interlocutor. Mas este é, decerto, apenas um dos aspectos da veridicidade. É importante destacar, desde já, que cada gênero de texto possui as suas próprias exigências para que seja reconhecida a sua veridicidade. A veridicidade de uma análise jurídica, por exemplo, precisa ser amparada em determinadas normas e na presença de certas características; a veridicidade de um documentário científico, por outro lado, tem outros parâmetros. De nossa parte, logo veremos que, para o caso da História produzida por historiadores, não são poucas as demais exigências, para além da verossimilhança, que devem ser cumpridas para o convencimento do interlocutor historiográfico e para seu reconhecimento da presença de veridicidade em um texto qualquer produzido conforme o modelo da historiografia profissional.

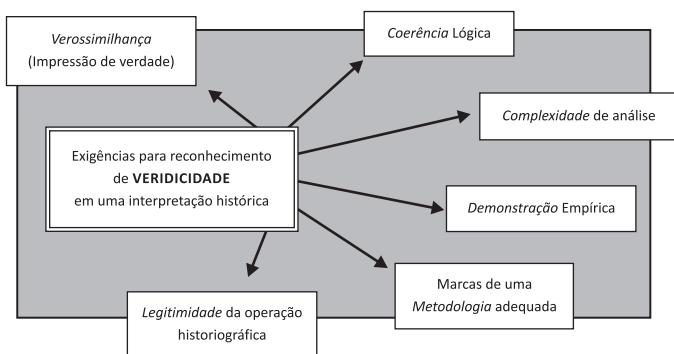
Desde já, ressaltamos que as exigências que se colocam para que um texto seja reconhecido como dotado de veridicidade são bem diferentes na História e na Literatura. Nesta última, pede-se apenas que o autor assegure *verossimilhança* ao seu texto – isto é, que faça seu leitor viver o mundo por ele criado com uma forte ‘impressão de verdade’, mesmo que se trate de uma história fantástica que apresenta surpreendentemente um universo com novas regras e que disponibiliza ao leitor personagens francamente fictícios. No momento em que passa a se deixar conduzir pela leitura de uma narrativa literária, por mais estranha ou incomum que esta possa parecer em comparação com o mundo familiar ao leitor, o sujeito que interage com o mundo do texto logo tem ou deveria ter a vívida sensação de que está diante de algo verdadeiro. Os livros ou filmes de ficção científica, por exemplo, produzem nos seus apreciadores uma impressão de verdade, mesmo que esta só tenha a duração da própria leitura. Quando um leitor não encontra esta verossimilhança momentânea em um livro de ficção científica ou em um conto de terror, deixa de ler a obra e passa a ler ‘contra a obra’, que adquire para ele um sentido meramente cômico ou burlesco.

Para a discussão que nos interessa, pode-se dizer que a veracidade de um texto de literatura criativa praticamente se confunde com a sua verossimilhança – com a habilidade do autor em fazer o leitor viver com ‘impressão de verdade’ as novas regras propostas pelo mundo do texto. Quanto aos gêneros de literatura que se baseiam em uma realidade já vivida – um romance histórico, por exemplo – neste caso já aparecem exigências adicionais, sobretudo a de que a impressão de verossimilhança perdure para além do próprio período de leitura. Nesta modalidade de literatura não se trata apenas de fazer o leitor sentir que está vivendo algo verdadeiro apenas no mundo do próprio texto, mas também de transferir a ele a impressão, para além do período da leitura, de que a obra estabelece relações efetivas com o mundo vivido, com uma outra época. O Romance Histórico, por assim dizer, transborda o mundo do texto. Tal como ocorre com o texto historiográfico, pretende estabelecer relações efetivas com um mundo extratextual situado em um tempo que já passou⁷.

Com os textos de História, entretanto, a busca de veracidade impõe exigências que têm na verossimilhança apenas um dos seus aspectos. Obviamente que o modelo de veracidade para os chamados textos historiográficos tem sofrido modificações ao longo da própria história. Todavia, considerando o nosso atual regime de historicidade, podemos dizer que são perceptíveis algumas exigências para os textos historiográficos. Além de causar ‘impressão de verdade’ no seu leitor, o historiador que produz uma narrativa histórica, ou que elabora uma análise historiográfica, precisa agregar ‘complexidade’ e ‘coerência’ ao seu produto⁸, além de atender a aspectos que se referem à crítica documental e que passam a ser percebidos pelo leitor como os sinais de uma metodologia legítima. Este, aliás, é o ponto preciso onde a veracidade e a veracidade se tocam na produção de um texto historiográfico.

7 Diz-nos Roland Barthes: “O prestígio do que aconteceu tem uma importância e uma amplitude verdadeiramente históricas. Há um gosto de toda a nossa civilização pelo efeito do real, atestado pelo desenvolvimento de gêneros específicos como o romance realista, o diário íntimo, a literatura de documento, o *fait divers*, o museu histórico, a exposição de objetos antigos, e principalmente o desenvolvimento maciço da fotografia, cujo único traço pertinente (comparado ao desenho) é precisamente significar que o evento representado *realmente se deu*” (BARTHES, Roland. “O Discurso da História” In: *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.178-179).

8 Tzvetan Todorov, expressando-se em termos de “riqueza” e “coerência”, desenvolve considerações sobre este aspecto, embora os dirigindo às impressões literárias, no “post scriptum” inserido em *As Morais da História* (Lisboa: Europa-América, 1991, p.166).



A complementaridade entre veracidade e veridicidade, embora com outros nomes, já foi abordada por autores diversos relativamente a variados campos de saber. Todorov, em um texto incluído no ensaio *Morais da História*, falava-nos respectivamente de uma “verdade de adequação” e de uma “verdade de desvendamento”⁹. Ele mesmo cita um par de conceitos sugerido por Mikhail Bakhtin para os mesmos propósitos: a “exatidão de conhecimento” e a “profundidade de penetração”. Uma e outra destas propostas conceituais, e outras mais, referem-se precisamente aos polos que estamos aqui tratando como “veracidade” e “veridicidade”. Quando se pensa em *veracidade*, vem à mente a exigência de correção e exatidão do que se fala em relação àquilo de que se fala. Quando se pensa em *veridicidade*, exige-se daquele que elabora interpretações, acima de tudo, uma ‘profundidade de penetração’ em várias direções. Se na literatura criativa, como vimos, basta assegurar ao leitor um mergulho vívido no mundo do texto, já a veridicidade de uma interpretação historiográfica impõe certas exigências no âmbito da coerência lógica e da demonstração empírica, além de demandar critérios que assegurem a legitimidade da operação historiográfica ou daquele que a conduz. Além de se exigir do historiador habilidades literárias que lhe permitam inspirar no seu leitor uma forte “impressão de verdade”, pede-se dele uma análise tão rica e complexa quanto possível. O quadro acima objetiva decompor a veridicidade historiográfica em alguns dos seus fatores fundamentais. Procuraremos discorrer sobre alguns destes fatores mais adiante.

A construção do fato histórico

A partir deste momento vou me ater apenas ao saber e aos textos historiográficos. A distinção entre veracidade e veri-

9 TODOROV, Tzvetan. “Post Scriptum – a verdade das interpretações” In: *As Morais da História*. Lisboa: Europa-América, 1991, p.162-a69).

dicidade, neste caso, coloca-nos diretamente diante da possibilidade de refletir sobre as diferentes formas de lidar com a verdade que aparecem no ofício do historiador. O primeiro ponto a considerar refere-se precisamente à discussão sobre a noção de “fato histórico”.

Como sabemos, o historiador lida com fatos – fatos cujo caráter construtivo precisa ser reconhecido, mas que, de todo modo, são fatos que mantêm alguma relação com uma realidade que faz ou já fez parte do campo de experiências humanas. Em que pese o incontornável reconhecimento dos aspectos intersubjetivos que entram na construção, na composição e na interconexão dos fatos históricos, podemos admitir que, em uma instância minimal, os fatos trazem uma dimensão de objetividade, pelo menos no sentido de que não são construções livres dos historiadores. Uma proposta de definição torna-se aqui necessária. Como *fatos*, de um ponto de vista historiográfico, devemos considerar tudo aquilo que é ou foi resultado da ação humana, seja esta a ação de um único indivíduo ou uma ação coletiva. Esta definição autoriza-nos a dizer que são *fatos* desde os eventos propriamente ditos, no seu sentido pontual, até os processos de durações diversas que se desdobram no tempo, e, finalmente, todos os tipos de produtos concretos decorrentes das ações humanas, tal como os objetos produzidos ou os textos elaborados por homens de todas as épocas¹⁰. Qualquer que seja ele, “um texto é o culminar de uma ação de escrever”¹¹, e é nesse sentido que um diário, um documento legislativo, um romance, uma certidão de batismo, ou qualquer outro tipo de fonte textual pode ser considerado um fato para o historiador. A mesma noção pode ser estendida para qualquer objeto já produzido pela ação humana. As fontes históricas, portanto – textos ou objetos existentes no presente que trazem as marcas de um passado que efetivamente ocorreu –, podem ser assimiladas à categoria dos fatos.

Ao lado desta definição ampliada de “fato”, há ampla concordância, entre os historiadores de hoje, a respeito da concepção de que as enunciações de fatos históricos trazem sempre as marcas do sujeito que produz o conhecimento – particularmente através da perspectiva teórica que embasa o seu modo de perceber os fatos, de selecioná-los da realidade e de construí-los,

10 Neste sentido, podemos acompanhar este comentário de Adam Schaff em seu livro *História e Verdade*: “Elementos e aspectos os mais diversos da história, no sentido de *res gestae*, podem, portanto, constituir fatos históricos: acontecimentos na sua breve fulguração, processos estendidos no tempo, processos cíclicos, assim como os diversos produtos, tanto materiais como espirituais, destes acontecimentos e processos (SHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.208).

11 Diz-nos Todorov: “Um texto é o culminar de uma ação: há um percurso que aí conduz que é, senão mais, tão significativo como o próprio texto” (TODOROV, Tzvetan. *As Morais da História*. Lisboa: Europa-América, 1991. p.163).

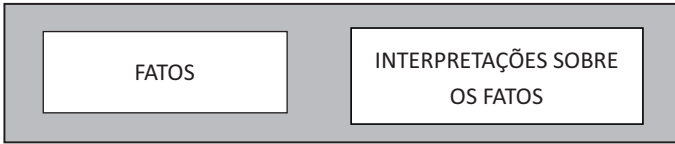
bem como da linguagem e estratégias discursivas utilizadas para enunciá-los¹². Isto posto, nem por isso os fatos com os quais lidam os historiadores deixam de trazer referências a uma realidade efetivamente ocorrida ou de remeter a evidências que os investem de realidade. Os fatos históricos estabelecem necessariamente uma relação com o mundo – um mundo que não foi criado pelo próprio texto, como já vimos ser o caso da Literatura imaginativa. Deste modo, uma cadeia de fatos enunciados por um historiador não pode ser entendida, pelo leitor de livros de História, como se a sua natureza fosse a mesma de uma cadeia de fatos inventada por um literato que cria um romance imaginário. Para retomar uma antiga frase de Lucien Febvre, é decerto bastante correto dizer que o historiador “fabrica os seus fatos”¹³. Mas é também importante lembrar que ele fabrica os seus fatos a partir de certos materiais que ele encontra nos vestígios da realidade estudada; e que há normas de ofício muito específicas que regem este tipo de fabricação que é a História. Guardemos este ponto, e sigamos adiante.

Se é importante admitir que o historiador lida com fatos, deve igualmente ficar claro que ele também lida – e principalmente – com ‘interpretações sobre os fatos’. O último século, muito adequadamente, já fez a crítica de uma historiografia que insistia em proclamar que lidava com os fatos “tal como eles aconteceram”, sem considerar que o principal papel do historiador não é apenas o de narrar ou constituir os fatos, mas sim o de oferecer interpretações sobre os fatos e problematizá-los, constituindo-se o sujeito-historiador em parte ativa na produção do conhecimento. O século historiográfico atual talvez demande, entre suas principais missões para as próximas décadas, a de criticar a equivocada confusão entre a ideia de uma ‘ficcionalidade da História’ e a aceitação da subjetividade implicada no papel ativo do historiador. Esta luta contra a deterioração da ideia de História – uma deterioração que desfigura e compromete o importante papel da História como uma forma de conhecimento que estabelece uma mediação efetiva entre os homens e as realidades vividas – parece-me ser um dos novos “combates pela História” que ainda precisam ser travados nas próximas décadas. Tão importante quanto o antigo combate contra a história meramente factual deverá ser, nos próximos anos, o combate contra a história meramente especulativa e ficcional, que se orgulha de abrir mão de qualquer intenção de estabelecer uma

12 A. Marwick, por exemplo, ao se referir aos relatos historiográficos, expressa-se nos termos de uma “dimensão subjetiva” inerentes aos mesmos (MARWICK. A. *The Nature of History*. London: Macmillan, 1970, p.187).

13 “Ou então, retomais a frase de Berthelot, exaltando a química no dia imediato ao dos seus primeiros triunfos – a química, a sua química, a única ciência entre todas, dizia ele orgulhosamente, que fabrica o seu objeto. No que Berthelot se enganava, porque todas as ciências fabricam o seu objeto” (FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. p.116).

relação subjetiva-objetiva entre o historiador e seu objeto em favor da viagem através de um oceano discursivo no interior do qual tudo e nada pode ser dito.



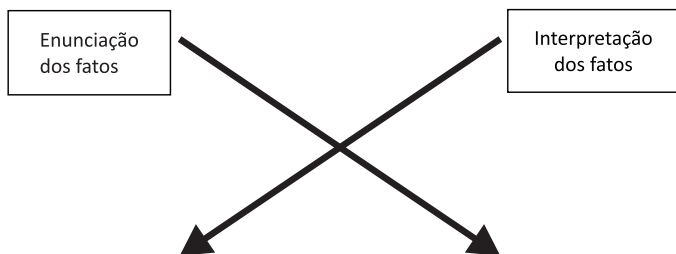
A dupla responsabilidade do historiador – de falar por um lado sobre fatos históricos (e construí-los), mas, sobretudo, de elaborar ativamente interpretações sobre estes mesmos fatos, trazem-nos um importante vislumbre sobre a possibilidade de contraste entre as expressões “veracidade” e “veridicidade”. Os fatos precisam ser enunciados pelo historiador com veracidade. Ele precisa comprová-los nas fontes. Supõe-se que certos fatos aconteceram, e é em relação a eles que o historiador pretende afinar os seus enunciados. Em relação a estes fatos que se referem a um caótico mundo exterior de experiências humanas que apenas deixaram suas marcas no tempo presente, o historiador inevitavelmente deixará algo de si na operação de selecioná-los, limpá-los de sua caótica complexidade, ordená-los, conectá-los, construí-los no sentido historiográfico, e até mesmo agregar a eles alguma instância imaginativa. Mas, de alguma maneira, podemos dizer que os fatos considerados pelo historiador aconteceram em alguma instância. Não são fictícios à maneira da literatura; não foram inventados na sua dimensão mínima. Podem até trazer uma carga de ficção associada à maneira de serem enunciados, conforme o caso, e certamente a enunciação de boa parte dos fatos traz consigo uma perspectiva teórica e uma instância de relatividade imprimida por um ponto de vista. Mas, em última instância, há um compromisso do historiador em trabalhar com fatos verdadeiros: que ele acredita serem verdadeiros no limite mínimo aceitável, e que apresentam altíssima dose de veracidade no limite máximo.

Já com relação à construção de interpretações históricas – que tem sido indicada desde o último século como aquele grande trabalho dos historiadores, sem o qual estes seriam meros “coletores de fatos” –, esta não se relaciona com a instância da veracidade, mas da veridicidade. Não se diz, enfim, que as interpretações precisam coincidir com a verdade – pelo menos nestes tempos atuais em que a noção de verdade absoluta encontra-se sob suspeita –, mas sim que elas precisam ter *veridicidade*.

De fato, ao ouvir ou ler uma interpretação histórica, o consumidor do trabalho historiográfico só precisa ser convencido

de que aquela interpretação tem veridicidade; em outras palavras, ele precisa aceitar que ela pode ser pronunciada como algo verdadeiro. Para tal, o historiador precisa contar tanto com uma argumentação bem conduzida logicamente, como precisa ampará-la em comprovações empíricas, em uma base que inclui fatos e fontes históricos abordados com metodologias e aproximações teóricas coerentes. Para um mesmo objeto histórico, os historiadores podem apresentar inúmeras interpretações que estão carregadas de análoga veridicidade, mesmo que sejam antagônicas umas em relações a outras naquilo que afirmam. Em contrapartida, estas diversas interpretações carregadas de veridicidade e distintas entre si podem lidar basicamente com os mesmos fatos e com a mesma base de veracidade.

Admitido este ponto, podemos considerar que, conforme o que se espera nos dias de hoje de um historiador (seja do seu público e dos beneficiários de seu trabalho, seja da maior parte dos seus pares), a operação historiográfica procura entremear estes dois gestos fundamentais. De um lado, espera-se que o historiador enuncie fatos (incluindo as suas fontes) que possam ser tomados como uma base efetiva para o seu simultâneo trabalho interpretativo. Pede-se ao historiador, necessariamente, que estabeleça uma base concreta de operações ao nível das evidências e documentações, a qual deve se ligar a uma realidade em estudo, mesmo que essa realidade jamais possa ser apreendida ela mesma. Vamos chamar a este gesto, sinteticamente, de “enunciação dos fatos”, mas compreendendo que, do ponto de vista do historiador, enunciar fatos é já fazê-los acompanhar de uma “demonstração empírica” nas fontes, de um esclarecimento sistemático de que os fatos não estão sendo enunciados no vazio – como faria um autor de ficção –, mas sim respaldados em documentação apresentada por ele, historiador, ou pela comunidade de historiadores em outros momentos.

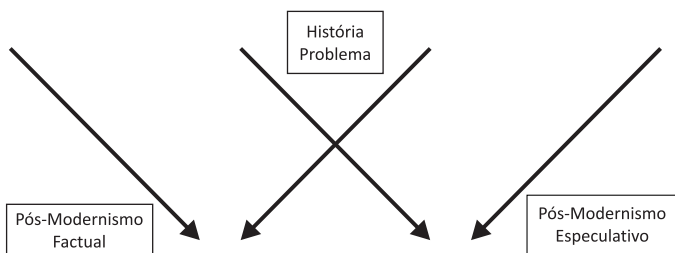


O outro gesto fundamental, gêmeo deste na configuração da operação historiográfica, mas de natureza bem distinta, é o que podemos chamar de “interpretação dos fatos”. Não se espera do historiador que ele apenas enuncie fatos, mas, sobretudo, que ele “interprete os fatos”. Houve momentos, na história da historiografia, em que não faltaram historiadores que costumavam declarar que apenas pretendiam “contar os fatos tal como estes aconteceram”, como se estes só pudessem ser expostos e conectados historiograficamente de uma única maneira. Digamos que essa leitura do ofício historiográfico correspondia a uma visão mais estreita da historiografia que não parecia estar interessada em dar a perceber que tão ou mais importante do que “enunciar os fatos” seria a função do historiador de produzir “interpretações sobre os fatos”. A grande querela que, no século XIX e além, opõe positivistas e historicistas gira em torno do reconhecimento ou não desta outra instância do trabalho historiográfico que é a “interpretação dos fatos”. Naquele século – para retomar a aporia inicial de Koselleck – a quase totalidade dos historiadores já reconhecia que os historiadores sempre pretendem produzir enunciados verdadeiros (com intenção de verdade); mas apenas uma certa metade dos historiadores acrescentava a isto o reconhecimento de que estes enunciados só podem ser produzidos a partir da “relatividade de todo ponto de vista”. Em uma palavra, apenas uma certa metade de historiadores já começava a reconhecer que o que cada um deles podia fazer era produzir interpretações sobre os processos históricos (no momento mesmo em que enunciavam os fatos pertinentes a estes processos históricos). No século XX, as discussões historiográficas sobre a necessidade de construir uma “história-problema”, por oposição a uma “história factual”, apontaram na mesma direção.

A História, de acordo com o modelo que se instituiu com a chamada historiografia científica, e que se prolonga na sua vertente moderna e problematizadora, encontra-se precisamente neste cruzamento entre os gestos de enunciar fatos e interpretar estes mesmos fatos. Fora deste ponto nodal onde os dois gestos se cruzam, o que temos é a mera enunciação factual desprovida de problematização, ou a mera formulação de interpretações históricas especulativas e desencarnadas de uma base referencial objetiva. Pode-se dizer que algumas das tendências do atual pós-modernismo historiográfico sacrificaram precisamente este ponto nodal entre os dois gestos historiográficos primordiais: ou, qual antiquários modernos, perderam-se na mera enunciação de fatos desligada de qualquer problematização – mas frequentemente orientando suas escolhas para a pesquisa factual de temas exóticos ou editorialmente atraentes – ou entregaram-se à ideia de que a História constitui-se de mera especulação que, no limite, confunde-se com a Literatura por pretensa-

mente não poder assegurar nenhuma base objetiva em relação com uma realidade histórica efetivamente ocorrida.

Estes são, segundo penso, dois dos maiores perigos do pós-modernismo historiográfico: de um lado, o gesto factual desligado de problematização é como um “corpo sem alma” que vagueia pelas vielas de um consumismo sem finalidade; de outro lado, o gesto historiográfico interpretativo-especulativo que se acha francamente desligado de uma base objetiva é como uma alma que nunca possuiu um corpo e que flutua no estranho limbo onde qualquer ideia pode ser aleatoriamente enunciada sem a responsabilidade da ciência e sem a graça da literatura. A História que resiste a estes dois gestos segregados, contudo, é como uma alma que encontra o seu corpo, ou como um corpo que conserva a sua alma, se pudermos utilizar esta imagem que sempre será poética porque é a imagem da própria vida.



O Pós-Modernismo factual pode ser evocado através da já clássica metáfora do homem que vagueia na floresta¹⁴. Ele toca cada uma das árvores, apreende a concretude de seus troncos, capta o cheiro de cada madeira, analisa as ramificações das folhagens. É capaz mesmo de quantificar o número de árvores de determinada espécie que existem neste grande território que ele investiga. No entanto, é incapaz de formular qualquer leitura interpretativa do conjunto e de enxergá-lo como uma floresta. As relações estabelecidas entre as árvores, e destas com o ecossistema, são-lhe estranhas. Na verdade, ele sequer percebe que há um conjunto, ou que ele pode enxergar todo aquele território sob a perspectiva de um ou mais conjuntos reveladores de determinados padrões. Seu interesse reduz-se a cada árvore tomada isola-

14 Entre inúmeros autores que já evocaram esta metáfora podemos citar Adam Schaff em seu célebre ensaio *Verdade e História* [1971] (1978, p.273). Ele mesmo cita Michael Bobrzynski: “O historiador que aspirasse ao impossível, quer dizer, que desejasse ser absolutamente imparcial e não tomar nenhuma posição, parecer-se-ia com o homem que vagueia numa floresta, esbarra contra as árvores, toca-as, cheira-as, vê seus troncos e raízes, mas não consegue se aperceber de uma coisa: da própria floresta” (BOBRZYNSKI, Michael. “Em nome da verdade histórica” apud SCHAFF, A. *Verdade e História*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p.283).

damente. A Floresta – esta lhe é estranha. De igual maneira, sua caminhada por entre as árvores é aleatória, pois ele carece de um problema bem definido que o guie. Como o seu interesse é por cada árvore em particular, e não visa estudar a floresta ou a relação entre as árvores, pouco lhe importa a trilha.

O que eu chamo de pós-modernismo factual pode ser exemplificado com uma obra intitulada *O mundo reencontrado de Louis-François Pinagot: no rastro de um desconhecido* (1998), escrita por Alain Corbin. Não estou dizendo que este historiador francês seja necessariamente e sempre um pós-modernista factual. Apenas proponho a leitura de que esta obra específica, da qual citarei um pequeno comentário do próprio Alain Corbin sobre a sua composição, enquadra-se perfeitamente na ideia de uma história que não parte de um problema, mas meramente de materiais factuais, no seu primeiro momento apreendidos praticamente ao acaso. Nela Corbin declara o desejo de investigar “a atonia de uma existência comum”, o que o levou a procurar obsessivamente, durante três anos, um indivíduo que não tivesse deixado praticamente nenhum vestígio no curso de sua existência. Diz-nos Corbin a respeito da escolha de seu objeto de estudo e da metodologia utilizada em sua pesquisa.

“Quis, então, tomar um daqueles [indivíduos] e tirá-lo da sombra. Uma ressurreição, em suma [...] O que fazer, então? O melhor, pensei, é talvez ir aos arquivos e proceder ao acaso. Tinha achado isso divertido. É fácil deixar agir o acaso: nos arquivos da Orne, em Alençon, estão conservados os registros de estado civil, por município. Você não olha. Coloca o dedo sobre um nome: ‘zás! Pronto’. Caio sobre o pequeno município de Origny-le-Butin. Era perfeito. Quatrocentos habitantes na época, 250 hoje. [...] O mais engraçado é que os arquivistas haviam pedido que eu preenchesse uma ficha de inscrição: ‘sobre o que o senhor trabalha? – Não sei, mas vou lhe dizer daqui a quinze minutos’. Então pedi as tabelas decenais – casamentos, óbitos etc. – e escolhi três nomes. Um morreu com vinte e poucos anos, portanto não me interessava. E havia aquele Louis-François Pinagot, que viveu 76 anos e que tinha atravessado o século, praticamente. Pensei: ‘é ele’. Não se toma uma tal decisão sem emoção: ‘Agora vou trabalhar – quanto tempo, não sei, sem dúvida vários meses –, sobre esse senhor que estava ali, completamente adormecido’. E não conseguia me impedir de pensar: ‘se há uma outra vida e eu a encontrar, será surpreendente’. Procurei, portanto, tudo que eu poderia saber.”

A História, aqui, não parte de um problema. Trata-se só de um estranho desejo de recuperar uma vida que não deixou marcas, de examiná-la em todos os detalhes, de registrar os fatos

de uma vida humana específica. “Para quê” não é pergunta que se aplique a esta pesquisa de Alain Corbin. Diz-nos o autor que se trata apenas de “tirá-lo da sombra”. “Uma ressurreição, em suma.” Acho que a obra bem se presta a exemplificar a atitude que estou denominando “pós-modernismo factual”. O fato, e não um problema, volta a ser tão importante como entre alguns dos antigos colecionadores de fatos que foram tão admoestados por Lucien Febvre nos seus *Combates pela História* (1953).

Já o que denomino “pós-modernismo especulativo” refere-se ao gesto diametralmente oposto. Se não é possível falar com certeza sobre os fatos históricos, por que não especular livremente? Conta a anedota que, recentemente, pesquisadores das ‘Comissões da Verdade’ – uma das muitas que surgiram no seio das justiças de transição que têm mediado a transição de regimes autoritários para regimes democráticos – procuraram um historiador pós-moderno para lhe fazer perguntas relacionadas a eventos relativos à Ditadura Militar em certo país, área de estudos de sua especialidade. Ao lhe perguntarem sobre a sua opinião em relação a determinado aspecto, e lhe indagarem sobre a verdade acerca de alguns fatos, o historiador respondeu: “Mas, o que é a verdade?”. Tal resposta, podemos nos perguntar, não seria quase tão estranha como a de um médico que, ao ser procurado por um homem baleado que lhe pedisse para ajudar a salvar a sua vida, respondesse filosoficamente: “Mas, o que é a Vida”?

Como foi antes comentado, a função do historiador de produzir interpretações dotadas de veridicidade, e que contribuam para o esclarecimento da multiplicidade de pontos de vista, não é de modo algum incompatível com o seu compromisso de atestar a veracidade dos fatos que constituem a base material do trabalho em sua área de estudos. A mesma base que é fundamental para a produção de interpretações dotadas de veridicidade também pode atender a outras demandas sociais. Não deveria ter a comunidade de historiadores um papel importante no seio destas grandes demandas pela justiça social e pela responsabilização política? Deixemos esta indagação apenas para reflexão geral, uma vez que não é este o tema da presente conferência, e passemos à discussão de outros aspectos relacionados à relação entre Veridicidade e Veracidade na constituição de um saber historiográfico.

Enunciação e interpretação dos fatos

Por ora, voltemos à reflexão sobre a História Problema e seu duplo trabalho de adequação factual e desvendamento teórico. É importante atentarmos mais uma vez para o fato de que a “enunciação de fatos” e a “interpretação de fatos” não constituem, rigorosamente, momentos separados na operação historiográfica. São instâncias entremeadas, que entram por dentro uma da outra e que mutuamente se constituem. Apenas de um

ponto de vista meramente lógico podemos discerni-las. Se as interpretações derivam dos fatos, ao mesmo tempo as interpretações constituem os fatos. Um fato, decerto, só se torna relevante no interior diante de um problema a ser trabalhado e no interior de uma cadeia de outros fatos que farão sentido para a produção ou encaminhamento de uma determinada interpretação. Ao mesmo tempo, enunciar um fato já implica um gesto interpretativo até mesmo no que se refere à simples escolha das palavras que irão enunciá-lo. Posto isto, podemos considerar as duas instâncias, a “enunciação de fatos” e as “interpretações dos fatos” como duas instâncias em separado, apenas para facilitar a compreensão de que o primeiro termo impõe a presença da veracidade e o segundo termo relaciona-se à busca de veridicidade. Quando um fato é enunciado por um historiador, entende-se que ele não o inventou: enunciou-o, ainda que apoiado em algum ponto de vista, com base em algo que encontrou nas fontes e vestígios, ou em um conjunto de enunciados já consagrado por consenso pela comunidade dos historiadores. Pressupõe-se, em outras palavras, que o historiador tenha compromisso com a veracidade. Por outro lado, quando uma interpretação de fatos é enunciada pelo mesmo historiador, compreende-se que esta interpretação é uma criação ou formulação sua, à qual ele procura tratar com veridicidade. Tratará seu tema com rigor lógico e com demonstração empírica, e, ainda que possa fazer uso de uma certa parcela de imaginação histórica, empenhar-se-á na construção de uma interpretação que se acha em um ponto de encontro entre a veracidade e a veridicidade, mesmo que todos saibam que aquela interpretação não é a “verdade” no sentido último, mas apenas uma perspectiva verdadeira sobre os fatos.

A ideia de que o fato histórico é uma construção do historiador não deve servir, obviamente, para sustentar a noção de que a História quase se confunde com a ficção, ou de que o trabalho dos historiadores não constitui uma forma de conhecimento que se apoia em algum tipo de objetividade. Sobre isso, Koselleck ofereceu um exemplo interessante em uma entrevista datada de março de 1995, concedida a uma revista suíça. Considerando que Luis XVI morreu sob a guilhotina em 1793, podemos nos perguntar se ele foi assassinado ou punido. Se por um lado é possível classificar e avaliar de inúmeras maneiras o processo que levou o monarca francês à sua execução pública, produzindo interpretações sobre o mesmo e construindo-o como “fato histórico”, por outro lado não há como questionar o fato de que a guilhotina separou a cabeça de seu corpo. Este último enunciado refere-se a um aspecto bastante objetivo. Negá-lo seria faltar com a veracidade.

Houve tortura durante a vigência da Ditadura militar instaurada no Brasil na década de 1960, assim como em outros países latino-americanos do mesmo período. Podemos apresentar dis-

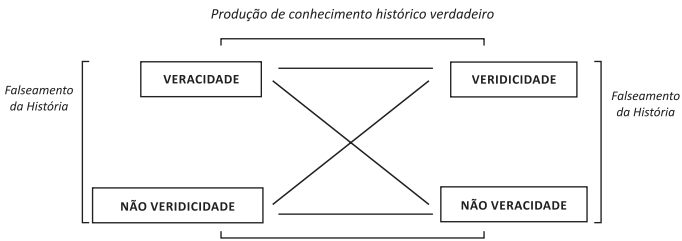
tintas hipóteses acerca da base de apoio que possibilitou a instalação e consolidação da Ditadura Militar no Brasil e redimensionar o papel da sociedade civil, dos empresários e dos militares neste processo. Podemos renomear este acontecimento-processo como “ditadura militar”, “ditadura civil-militar”, “ditadura empresarial-militar”, ou com tantas outras expressões que se mostrem mais adequadas para o encaminhamento de novas perspectivas sobre o regime autoritário no Brasil a partir de meados dos anos 1960, mas o fato de que este regime valeu-se do expediente da tortura contra prisioneiros políticos é incontornável. Já existem evidências demais para permitir enunciar com veracidade estes fatos. Podemos enfatizar mais ou então secundarizar o papel da tortura no regime militar; mas não podemos negá-la. As evidências históricas não permitem negar a utilização da tortura pela repressão sob pena de abalarmos a instância da veracidade.

É preciso ainda considerar, para a presente reflexão, que os fatos imaginários que impactaram os contemporâneos de determinada época são também aspectos objetivos. Não importa se foram inventados na sua época, mas sim que os seres humanos contemporâneos a estas criações factuais nelas acreditaram. A imaginação coletiva a respeito do poder de cura dos reis através do toque das escrófulas, estudada por Marc Bloch, é um fato tão constituinte do universo de acontecimentos medievais quanto os eventos militares da Guerra dos Cem Anos. O poder de cura régio podia não ser real, de um ponto de vista médico, mas a crença coletiva nesse poder, nas sociedades francesa e inglesa da Idade Média e do princípio da Idade Moderna, é um aspecto objetivo como qualquer outro: por um lado está referido nas fontes de época hoje disponíveis aos historiadores, e por outro lado moveu efetivamente multidões de indivíduos que queriam ser tocados pelo rei. De igual maneira, o poder de cura do Papa João Paulo II pode não ter bases propriamente reais, mas a sua santificação pela Igreja Católica com base na construção deste argumento e a crença de muitos indivíduos neste poder são ambos aspectos factuais significativos que devem ser considerados pelos historiadores. Em duas palavras: os fatos imaginários e imaginados por uma sociedade também devem ser analisados e historiados¹⁵. São tão importantes como material historiográfico como quaisquer outros tipos de fatos.

15 Carlo Ginzburg, em “Controlando a evidência: o juiz e o historiador”, assim se refere aos Reis Taumaturgos, de Marc Bloch, e também ao Grande Medo, de Lefebvre: “Os dois livros lidam com entidades não existentes: o poder de curar a escrófula, atribuído aos reis franceses e ingleses, e os ataques a ladrões fantasmagóricos, dando força a uma alegada ‘conspiração aristocrática’. A relevância histórica de tais eventos, que nunca aconteceram, é baseada em sua eficácia simbólica: ou seja, pelo modo com que eram percebidos por uma multidão de anônimos” (GINZBURG, Carlo “Controlando a evidência: o juiz e o historiador” In: NOVAIS, F. e SILVA, F. *Nova História em perspectiva*. Rio de Janeiro: CosacNaify, 2013, p. 341-358).

Um esquema sobre Veracidade e Veridicidade

Neste ponto, gostaria de trazer para a discussão sobre a Verdade Histórica um último recurso. Trata-se de um quadro semiótico que procura relacionar mais diretamente os conceitos de “veracidade” e de “veridicidade”, atrás discutidos, repensando-os em função do tipo de conhecimento que a História produz:



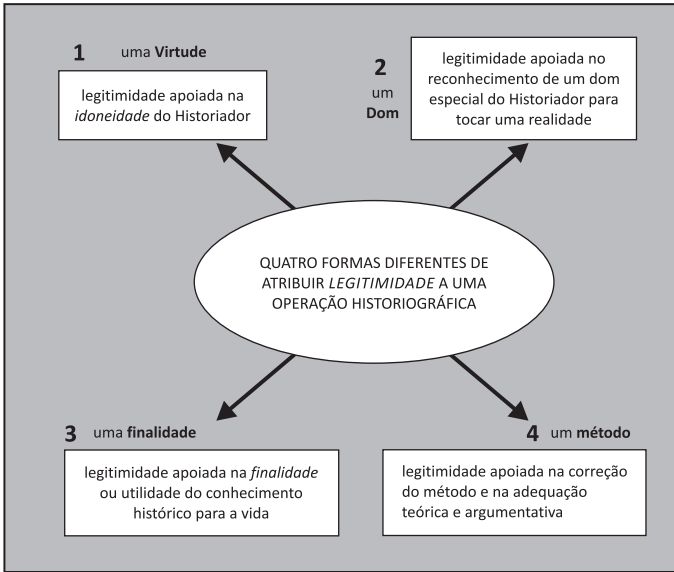
A produção de conhecimento histórico verdadeiro, conforme atrás foi dito, implica trabalhar com informações que tenham veracidade (eixo da enunciação dos fatos) e produzir a partir delas interpretações que tenham veridicidade. No plano oposto, a Literatura Imaginativa está livre destas duas necessidades: no limite, pode produzir narrativas que não tenham veridicidade e que se baseiem na invenção dos fatos. Dependendo do gênero literário e do estilo, talvez o autor literário busque menos ou mais daquilo que a teoria da história considera um ideal de *verossimilhança* – palavra cujo sentido indica a “capacidade de produzir impressão de verdade”. Talvez se entregue a um estilo de literatura fantástica que cria as próprias regras do mundo em que se movimentam os seus personagens. Em um caso ou outro, de todo modo, o autor literário não trabalha certamente com os mesmos parâmetros de veracidade e de veridicidade com os quais lida o historiador. Outras são as exigências do seu ofício.

Os dois pontos críticos que nos interessam, em um primeiro momento, são as laterais do retângulo proposto. O trabalho historiográfico questionável é aquele que distorce deliberadamente a História no plano interpretativo, ainda que trabalhando com uma base adequada de veracidade (flanco esquerdo), ou aquele que produz interpretações perfeitamente lógicas, mas sem quaisquer bases de veracidade (flanco direito). Há exemplos notórios de um e outro caso na história da historiografia. Desconsiderar premeditadamente documentos ou fontes cruciais que se interpõem ao encaminhamento de uma certa interpretação, ou dar status de veracidade a informações insuficientes ou a dados apreendidos acriticamente da documentação, estas e outras estão entre as operações que produzem o tipo de falseamento da História onde se busca trabalhar com a não veracidade com vis-

tas a produzir um efeito de veridicidade. Os revisionismos do holocausto, ao que parece, poderiam ser enquadrados nesta modalidade: o intento é produzir argumentações impecáveis e mesmo sofisticadas a partir de fatos distorcidos, ocultados ou inventados. O mesmo se deu com as reconstruções factuais e descritivas das histórias institucionais das grandes indústrias alemães que haviam trabalhado em estreita colaboração com o regime nazista e que contrataram historiadores para limparem as suas histórias de assimilação do trabalho escravo das populações dos campos de concentração. A 'veridicidade' aliada à 'não veracidade' já produziu grandes mentiras historiográficas baseadas na distorção e manipulação de dados. Inversamente, é possível ferir a veridicidade apenas no plano lógico e na forma de lidar com uma base de fatos que, de resto, pode ser tratada com veracidade.

Legitimidade

Gostaria de retornar, neste momento, à discussão sobre os diversos fatores que compõem aquilo que podemos considerar como a dimensão de 'veridicidade' do conhecimento histórico. Dizíamos que as exigências que devem ser cumpridas para alcançar a veracidade e veridicidade são diferentes em relação aos diversos tipos de textos. A produção do conhecimento histórico – do ponto de vista de sua recepção por uma comunidade específica de leitores – difere da criação literária precisamente naquilo que a comunidade de historiadores e o seu público consideram como garantia de *veracidade* na enunciação de fatos históricos e de *veridicidade* na formulação de interpretações históricas. Mais ainda, podemos dizer que a definição sobre o que deve compor a veridicidade historiográfica tem variado de acordo com os diversos regimes de historicidade. Postulamos atrás que, entre os diversos fatores que hoje entram na composição da veridicidade historiográfica, devem ser indicados tanto aspectos relacionados à 'forma de enunciação', como é o caso da condução lógica da argumentação, como aspectos relacionados à base de apoio da argumentação, o que inclui os aspectos relacionados à demonstração empírica e adequação metodológica. Para além disso, entre estes diversos fatores que estão implicados na produção de veridicidade em uma obra historiográfica, gostaria de discutir um fator específico, que é o das formas de 'legitimidade do texto historiográfico'.



Tendo em vista os dois termos – veracidade e veridicidade –, podemos sintetizar a pergunta fundamental nos seguintes termos: “o que traz legitimidade ao trabalho do historiador?”. Esta questão teve, naturalmente, diferentes respostas com os diferentes tipos de historiografia e de regimes de historicidade, e é sobre isto que gostaria de discorrer no momento. É possível identificar quatro critérios que, em algum momento da história da historiografia, já foram evocados no sentido de que constituem precisamente o principal aspecto que confere legitimidade à operação historiográfica. O primeiro se relaciona à ‘virtude’ do historiador, o segundo a um ‘dom’ deste mesmo historiador, o terceiro à ‘finalidade’ do produto historiográfico e o último ao ‘método’ ou modo como é encaminhada a operação historiográfica.

Vejamus por partes, a começar pelo mais antigo critério legitimador da História: a virtude do historiador. Para os antigos historiadores gregos, a partir de Heródoto, a garantia da Verdade era, de fato, o próprio historiador: sua assinatura, em um discurso proferido na primeira pessoa, o torna diretamente responsável pelo que escreveu. A idoneidade do historiador era a principal garantia de que o trabalho historiográfico atendia os seus requisitos básicos, e, em particular, estabelecia uma adequada relação com a possibilidade de se aproximar de uma verdade histórica. Por isso, como ressalta Hartog em seu verbete sobre os *Historiadores Gregos* (1986), a verdade histórica praticamente se confundia e se sobrepunha, nesse caso, à assinatura do historiador. A preocupação com a verdade deveria se expressar no momento mesmo da coleta de informações para a

reconstituição dos fatos, uma vez que, em sua investigação, o historiador deveria ir em busca de “testemunhas oculares”, quando não pudesse registrar o que ele mesmo viu. Essa enquete, como destaca Momigliano em seu estudo sobre os *Problemas da Historiografia Antiga e Moderna* (1983), constituía uma investigação que devia ser conduzida criteriosamente pelo historiador, consolidando a base de seu método – um método no qual “ter visto” diretamente os acontecimentos vividos trazia maior legitimidade ao que é dito pelo historiador, e “ter ouvido” de pessoas idôneas que viram os fatos que o historiador não pôde presenciar mostra-se como o contraponto necessário e inevitável para o historiador que, obviamente, não é onipresente. Percebe-se, deste modo, que neste antigo modelo de historiografia a legitimidade historiográfica relacionava-se diretamente com a idoneidade do historiador e daqueles que lhe ofereceram informações¹⁶. O que conferia veracidade aos fatos evocados em uma operação historiográfica estava muito mais ligado, deste modo, a estas duas figuras de autoridade bem representadas pelos sujeitos que participavam da operação historiográfica do que ao modo como esta operação historiográfica era conduzida. Em última instância, a garantia de veracidade e a legitimidade do conhecimento histórico ligavam-se, mais do que a qualquer outra coisa, a uma *virtude* do historiador.

Havia outra forma de atribuir legitimidade a uma operação historiográfica também nos tempos antigos. Nesta outra, o que conferia legitimidade ao pronunciamento historiográfico não era tanto a idoneidade do historiador – a sua correção, retidão e honestidade –, mas sim o reconhecimento de uma espécie de ‘dom’ por aquele que o lia ou escutava suas preleções. O historiador, segundo alguns pensadores antigos, tinha uma certa qualidade mística, um talento intuitivo que o permitia contatar-se ou religar-se a uma realidade já passada com vistas a relatá-la com veracidade e a senti-la por dentro veridicamente. O historiador, possuidor de certo talento ou capacidade inexplicável em termos lógicos, era capaz de sintonizar-se com uma outra época. Para alguns historiadores da Roma Antiga, por exemplo, a operação historiográfica não podia ser realizada sem uma certa inspiração transcendente do historiador, que permitia que ele se religasse aos tempos anteriores. Essa capacidade de “religar-se” trazia legitimidade aos historiadores diante de seu público, que neles reconhecia esse dom. Tito Lívio (59 a.C-17 d.C), em sua monumental obra intitulada *Desde a Fundação da Cidade*, assim se refere a este aspecto:

16 Em seu pequeno ensaio sobre *O Discurso da História*, Roland Barthes também examina este tipo de historiografia cuja legitimidade centra-se no gesto de mencionar os informantes: “A escuta explícita é uma escolha, pois é possível não se referir a ela: ela aproxima o historiador do etnólogo quando menciona o seu informante; encontra-se, pois, abundantemente este shifter nos historiadores-etnólogos, como Heródoto” (BARTHES, Roland. “O Discurso da História” In: *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.165).

“Enquanto escrevo esses eventos antigos, através de não sei que conexão, minha mente envelhece e alguma *religio* se apodera de mim” (Anais, livro 43, capítulo 13).

Essa defesa de legitimidade historiográfica baseada em uma capacidade transcendente possuída pelo historiador também aparece em experiências posteriores, como, por exemplo, entre os historiadores românticos, que advogavam um lugar significativo para a “intuição” entre os procedimentos do historiador. Herder, em sua obra intitulada *Mais uma Filosofia da História* (1774), recomenda que os historiadores cultivem essa capacidade de sentir “a natureza integral da alma que reina em cada uma das coisas de uma certa época” e lhes pede o exercício deste gesto que tornará a sua historiografia legítima:

“penetrai profundamente neste século, nesta região, nesta história inteira, mergulhai em tudo isto e senti tudo isto dentro de vós próprios” (HERDER, *Mais uma Filosofia da História*, p. 182).

Podemos pensar ainda um terceiro campo de legitimidades: a legitimidade historiográfica baseada na ‘finalidade’ ou utilidade da História para a vida. Esta forma de legitimar a história não é, de todo modo, incompatível com os dois primeiros critérios de legitimidade, e tampouco será incompatível com o quarto critério (o critério do método, que é o que corresponde à nossa própria era historiográfica). A ideia de que a História deve servir à vida, além de configurar um tipo de conhecimento adequadamente produzido, encontrou respaldo em diversos momentos e propostas historiográficas, mas o texto mais notório sobre este assunto é o libelo de Nietzsche contra o excesso de histórias inúteis ou prejudiciais à Vida. Publicado no último quarto do século XIX, Nietzsche sustenta a ideia de que o conhecimento histórico deveria atender também a critérios voltados para a utilidade da História para a Vida. A história dos antiquários, por exemplo, por mais eficiente que seja no seu acúmulo de informações e detalhes, seria inútil à vida. Igualmente inúteis seriam as teleologias que imaginam um ponto de chegada para a História, e a partir daí torcem ou manipulam tudo para produzir a ideia de que a história caminha para este fim. A filosofia da história proposta por Hegel, entre outras, estaria nesse grupo. Mesmo a história científica, a novidade do século XIX, de nada valeria, e até poderia ser prejudicial, se não contribuísse para a valorização e o aperfeiçoamento da Vida. Deste modo, a ‘finalidade’ introduz-se, aqui, como um critério legitimador, embora nem sempre seja um critério suficiente e único. Podemos, adicionalmente, citar o caso das *Teses sobre o Conceito de História*, de Walter Benjamin (1940), que, ao insistir na necessidade de que os historiadores se libertassem do cotejo monumental e linear formado pelas “histórias dos vencedores”, fossem úteis a uma vida revolucionária através da busca de “centelhas perdidas” e verdades esquecidas.

O deslocamento do polo da legitimidade, quando esta passa da figura do historiador para a finalidade da história, implica em certos desdobramentos. Na sua busca de verdade, a História não deve ser apenas confiável, mas também relevante e útil. Em um certo limite extremo, pode-se mesmo pensar o trabalho historiográfico que se compraz em se esgotar na utilidade e que sacrifica a veracidade sem maior pudor. Mas aqui já nos confundimos irreparavelmente com a literatura. Em 1984, de George Orwell (1948), temos ainda o exemplo ficcional de uma sociedade distópica que manipula a memória coletiva e que reinventa a história a cada instante com vistas a atender a interesses políticos, militares e de controle da população. O romance de George Orwell desenvolve mesmo a ideia de uma sociedade que possui um Ministério da Verdade a reescrever os registros históricos. A metodologia, neste caso, volta-se para a alteração de dados, e não para o seu esclarecimento, como ocorre na historiografia habitual. Mas não precisamos ir tão longe, nem apelar para a Literatura. Regimes totalitários vários, por exemplo, já nos deram muitas mostras sobre o uso sistemático de falsificação e alteração de fotografias. No limite, a ideia de que a História legitima-se pela sua finalidade pode conduzir à velha noção de que “os fins justificam os meios”. A verdade, ou intenção de verdade, parece se tornar irrelevante em casos como estes.

É interessante notar que o exagero na legitimação da História através da sua finalidade, com o risco de autorizar distorções da História ou da Memória como a atrás aventada sob o peso do argumento de que “os fins justificam os meios”, ou, ao contrário, o abandono de qualquer finalidade para a História que não a de meramente entreter, vieram ambos a constituir vertentes do pós-modernismo historiográfico que, por caminhos distintos, parecem se entregar ao abandono de qualquer relação da História com a produção de um conhecimento verdadeiro. Por ora, todavia, voltemos à discussão sobre as formas de legitimidade que até hoje se tornaram conhecidas na história da historiografia.

Os três modos anteriormente discutidos de obter legitimidade historiográfica – a confiabilidade baseada na idoneidade e ‘virtude’ do historiador que vemos em Heródoto, o reconhecimento de uma capacidade ou ‘dom’ transcendente que vemos nos historiadores romanos e românticos e a legitimação através da utilidade ou ‘finalidade’ da História – contrastam com a noção principal de legitimidade historiográfica que passa a se depreender da chamada historiografia científica, instituída a partir da transição do século XVIII ao século XIX. Se considerarmos todos os pontos, não será difícil entender que aqui – na moderna historiografia científica – o que traz legitimidade à História não é mais a virtude ou talento do historiador, ou tampouco a idoneidade daqueles que estão envolvidos na enunciação de informações e discursos ao nível das fontes. O que traz legitimidade à

operação historiográfica, neste novo modelo, é o modo como se realiza a operação historiográfica: a correta aplicação de um método, a observância de normas reconhecidas pela comunidade de historiadores como científicas, a utilização de recursos e abordagens que permitam trabalhar adequadamente com as fontes, a adequação teórica e argumentativa. Estas, por sua vez, não são mais encaradas como depósitos de informações nas quais devemos confiar, mas como evidências que corporificam tanto testemunhos como discursos, os quais precisam ser analisados criticamente, contextualizados, confrontados com outras fontes de mesmo nível, testados, decifrados em relação aos interesses que os produzem. Em uma palavra, o que traz legitimidade à operação historiográfica neste novo modelo não são os sujeitos que a conduzem, mas o método e as abordagens que a constituem. Embora existam certamente inúmeros métodos mais específicos para trabalhar com os diversos tipos de fontes e demandas problematizadoras e interpretativas, o que importa, essencialmente, é algo que podemos definir como uma ‘atitude metodológica’ do historiador. Este não pretende mais, na historiografia científica, sustentar a legitimidade do seu trabalho em termos de um *dom*, de uma *idoneidade*, ou da *finalidade* à qual o seu trabalho se destina, mas sim na garantia ao leitor de que trabalha sistematicamente, com uma atitude crítica e ancorada em procedimentos bem definidos. Alguns destes procedimentos são já consensuais – é preciso desconfiar das fontes, contextualizá-las, interrogá-las em diversos níveis de profundidade, tratá-las não apenas como fontes de informações ou testemunhos, mas também como discursos –, outros serão procedimentos específicos: objetos das escolhas de cada historiador diante da sua interação com as fontes e com o problema examinado. De todo modo, em que pese a variedade de métodos nos planos em que eles se tornam mais variáveis e específicos, podemos dizer que o que a maior parte dos historiadores parece ter em comum nos dias de hoje é o que aqui estamos chamando de uma ‘atitude metodológica’: a consciência de que o método ocupa uma centralidade no encaminhamento do seu ofício¹⁷.

17 Em *A História Repensada*, Keith Jenkins questiona a ideia de que a legitimidade do trabalho historiográfico está nos métodos com base no argumento de que existe uma grande multiplicidade de métodos à escolha de cada historiador (JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2001, p.36-37). Entrementes, como assinalamos, mais importante do que a escolha deste ou daquele método é a ‘atitude metodológica’ à qual nos referimos. Ademais, para além dos métodos e abordagens que são objetos de escolha, a matriz disciplina da História pressupõe as regras mínimas de um ofício. Considerar uma informação única, presente em apenas uma fonte, como garantia da informação, por exemplo, é visto consensualmente como uma ingenuidade historiográfica. Deixar de analisar o contexto, a historicidade do vocabulário empregado em um texto, a complexa posição de quem emite o discurso, a sua finalidade ou recepção – entre inúmeros outros aspectos – são infrações a estas normas amplamente aceitas no que se refere à operação historiográfica.

Há inclusive uma certa tendência da historiografia contemporânea, bem explícita em algumas das mais significativas correntes historiográficas do nosso tempo, em esclarecer cada vez mais para o leitor o “modo como se faz a história”¹⁸. Os micro-historiadores italianos, como Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, têm salientado a tendência dos historiadores contemporâneos em superar as antigas práticas voltadas para o encobrimento das “marcas de oficina” em um antigo modelo de expressão historiográfica que costumava se refugiar na “retórica da autoridade” e mostrar apenas o produto “pronto e acabado”¹⁹. Ao contrário, tem se mostrado importante para os historiadores recentes este gesto de revelar os processos de produção do trabalho historiográfico.

Perguntamo-nos se aqui não temos mais um dos sinais do deslocamento de uma forma de legitimidade a outra: da autoridade centrada na figura do historiador para o método historiográfico bem exposto para o leitor, seja qual for este método ou conjunto de procedimentos metodológicos empregados por cada historiador visando cada objeto mais específico. De todo modo, ainda com relação aos aspectos mais tradicionais da operação historiográfica, podemos lembrar os itens mais habituais que comprometem a veracidade envolvida em uma operação historiográfica, já que este é um dos temas que presentemente tratamos nesta palestra.

Os aspectos que comprometem a Veracidade, por exemplo, relacionam-se, via de regra, a falhas metodológicas (sejam estas intencionais ou não). A título de exemplo, reunimos no esquema abaixo alguns fatores que seriam condenáveis em relação a uma enunciação de fatos dotada de veracidade ou à formulação de uma interpretação historiográfica na qual se possa reconhecer veracidade. A própria escolha de fontes, por exemplo, requer decisões metodológicas com vistas a convencer o leitor e a comunidade de historiadores de que o material do qual partirá o historiador satisfaz do ponto de vista da veracidade. Entre os problemas que podem comprometer a veracidade estão, por exemplo, as escolhas de fontes não representativas, a desconsideração ou ocultamento de fontes e fatos com vistas aos posteriores falseamentos da base de dados a serem considerados, o aproveitamento descontextualizado de fontes e de informações nelas contidas, o tratamento isolado de fontes e de informações, sem considerar a rede de outras fontes ou a sua excepcionalidade. Questões como estas, de cunho metodológi-

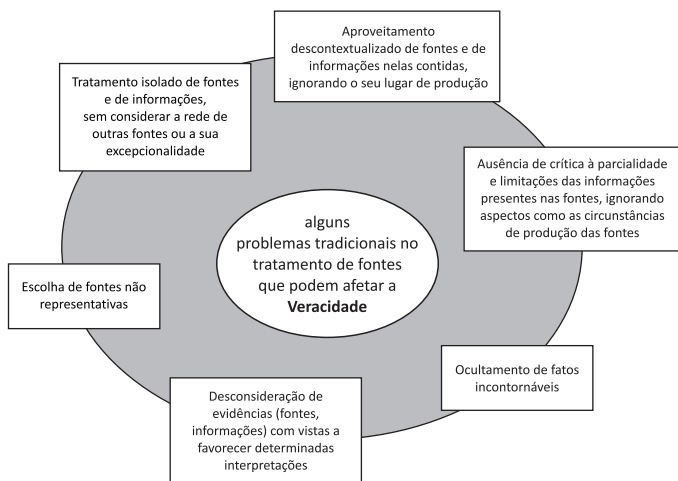
18 Sobre isto, ver COSTA, Arrisete Cleide de Lemos. *Historiografia e Hermenêutica: uma interpretação da narrativa microanalítica de O Queijo e os Vermes, de Carlo Ginzburg*. Maceió: Edufal, 2014, p.18.

19 Os comentários, citados no texto acima referido de Arrisete Lemos, são do micro-historiador Giovanni Levi em uma entrevista concedida a Juan José Marin (2000).

co, devem ser enfrentadas neste novo modelo de historiografia com vistas a assegurar a veracidade.

De igual maneira, seria comprometedor para a veracidade uma ausência de crítica dirigida à verossimilhança de informações presentes nas fontes, o que ocorre quando ignoramos aspectos como as circunstâncias de produção das fontes, os interesses que produzem os discursos por ela encaminhados, ou a parcialidade dos pontos de vista envolvidos na sua elaboração. Estes, entre outros fatores, que se referem essencialmente a problemas de método, são problemas típicos que podem ser questionados quando se procura reconhecer a veracidade em uma operação historiográfica. As inadequações do método podem se dar involuntariamente, por falhas na competência historiográfica, ou premeditadamente, por má-fé historiográfica. Na história da historiografia, não faltam exemplos de um e de outro destes tipos. Tornou-se célebre, por exemplo, a chamada “venda de historiadores”, na história da historiografia alemã sobre o nazismo – episódio no qual alguns historiadores aceitaram a bem paga tarefa de reescrever a história da Alemanha Nazista com vistas a inocentar grandes empresas alemãs que tinham cooperado com aquele regime e, na verdade, enriquecido com o mesmo, entre as quais a Volkswagen e a Farben (que depois se desdobraria em outras empresas como a Bayer)²⁰.

20 Sobre isto, ver os comentários de Josep Fontana (*A História dos Homens*. São Paulo: Edusc, 2001, p. 275). “Há poucos anos estas empresas, que temiam ter que enfrentar demandas de reparação pelo trabalho forçado e pelos maus tratos infringidos aos operários-escravos, decidiram adiantar-se ao problema encarregando histórias empresariais legitimadoras a especialistas acadêmicos de prestígio internacional, conduta que o Deutsche Bank também imitou, afetado muito especialmente pelo problema do ouro dos judeus. Tudo parecia desenvolver-se regularmente, até que em outubro de 1988 Michael Pinto-Duschinsky publicou um artigo no *Times Literary Supplement*, com o título de ‘Vender o Passado’, onde denunciava os historiadores que aceitavam fazer ‘histórias das empresas’ alemãs, muito bem pagos, a fim de ‘limpar’ o passado nazista destas e eliminar quaisquer referências aos trabalhadores-escravos. O artigo provocou réplicas defensivas imediatas dos implicados” (FONTANA, 2001, p. 375-376). Ver o artigo original de Pinto-Duschinsky sobre o engajamento de historiadores em uma reconstrução histórica favorável às grandes empresas alemãs que foram simpatizantes ou beneficiárias do Nazismo: Pinto-Duschinsky, Michael. Selling the Past – the dangers of outside finance for historical research. *Times Literary Supplement*, 23 oct 1998, p.16-17.

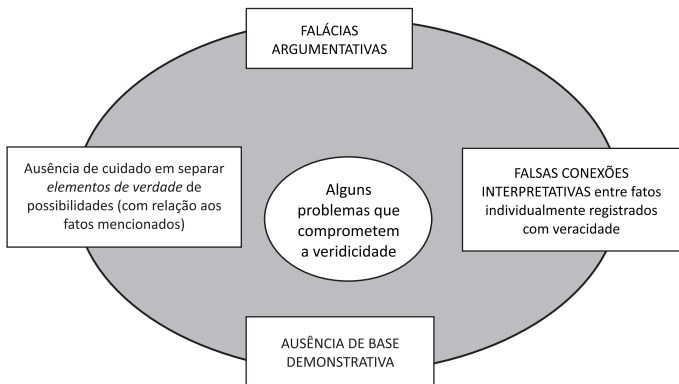


Naturalmente que os aspectos relacionados aos abalos na legitimidade de um conhecimento histórico que se pretenda verdadeiro também podem se ligar ao outro gesto da operação historiográfica, que é a formulação de interpretações dotadas de veracidade. Admitida a pluralidade de pontos de vista e de perspectivas da qual falávamos no início dessa conferência, o questionamento recai agora naquilo que pode conferir veracidade a uma determinada interpretação. Quais são os aspectos que comprometem a veracidade de uma determinada interpretação? Podemos dizer que, de uma maneira mais geral, os aspectos que comprometem a veracidade – ou seja, que produzem interpretações historiográficas inaceitáveis – são referentes às inadequações teóricas e argumentativas. Vale dizer: mesmo que trabalhando com correção metodológica sobre uma base de dados e sobre um conjunto adequado de fontes, podem facilmente surgir interpretações frágeis do ponto de vista da veracidade quando ocorrem inadequações teóricas e argumentativas.

Assim, por exemplo, certos elementos factuais podem estar corretos quando enunciados isoladamente; mas a conexão que uma operação historiográfica estabelece entre eles pode ser falha, não convincente, ou mesmo manipulatória. Falácias argumentativas de toda ordem também podem comprometer a veracidade de uma dada interpretação historiográfica acerca de um problema histórico qualquer. Ao mesmo tempo, construir uma interpretação historiográfica sem uma adequada base demonstrativa – ou sem apoio em elementos dotados de veracidade – também inviabiliza a veracidade de uma interpretação historiográfica.

Nos nossos tempos, deve-se considerar que outro problema que pode afetar a veracidade historiográfica é a ausência

de cuidados em empreender uma 'separação entre elementos de realidade e possibilidades'. Para situar inicialmente uma base para esta discussão, podemos lembrar que sempre oscilou muito o papel do pensamento conjectural na produção do pensamento historiográfico. Nos limites de um positivismo mais extremado, as conjecturas não deveriam existir no resultado final da produção de conhecimento histórico. Nos limites das correntes historiográficas que levam ao extremo a noção de relativismo dos pontos de vista, e também as considerações acerca das limitações humanas diante da possibilidade de apreender qualquer tipo de realidade em si mesma, a História seria um conhecimento exclusivamente formado por construções subjetivas que não permitem nenhuma sensação de certeza.



Entre estes dois limites – o mergulho no conjectural e a crença na possibilidade de apreender efetivamente o real – os historiadores de várias épocas têm construído, de alguma maneira, um território de mediação. O adentramento das conjecturas na metodologia historiográfica é um aspecto a considerar. Mesmo com a instauração da historiografia científica no século XIX, e cada vez mais a partir do século XX até chegar ao século XXI, é perceptível que tem crescido a consciência acerca da possibilidade de o historiador lidar com elementos conjecturais como aspecto complementar em relação aos elementos de realidade que podem ser afirmados com plena veracidade. Apenas para citar um clássico não muito distanciado no tempo, autores como Natalie Davis, em *Retorno de Martim Guerre*, têm trabalhado com a possibilidade de complementar as lacunas de evidências com elementos francamente conjecturais – mas desde que estes sejam sempre explicitados como *conjecturais* – e outros autores têm trabalhado com a utilização do contexto como espaço de possibilidades históricas.

A ausência de um fato ou informação que pode ser apresentada com veracidade, conforme esta tendência, pode ser complementada com o que se sabe de um contexto, a partir de outras fontes de informações e estudos de caso. Nesta nova maneira de lidar com a conjectura na História, o que importa, para não afetar a veridicidade de uma interpretação, é o cuidado em alertar o leitor a cada instante para a diferença entre os momentos em que temos elementos de realidade baseados em fontes diretas e os momentos em que o historiador especula com base em informações obtidas indiretamente. Carlo Ginzburg, em um texto conhecido ("Provas Possibilidades")²¹, dá-nos a imagem das maquetes que procuram representar monumentos ou construções arquitetônicas das quais só temos ruínas antigas. Seria possível ao historiador utilizar um recurso análogo ao das maquetes de arquiteturas históricas, nas quais se coloca em um tipo de material aquilo de que se tem certeza em vista da parte material que sobreviveu em forma de ruínas, e em outro tipo de material (por exemplo, o vidro) aquilo que é apenas dedução ou conjectura? Novamente, podemos propor a ideia de que o que afeta a veridicidade não é propriamente o uso, em algum momento em que isto se faz necessário, de conjecturas e informações enviesadas, mas sim o uso não esclarecido destas conjecturas e informações enviesadas. Faltar à veridicidade na construção de uma interpretação histórica, neste caso, relaciona-se ao gesto manipulador de fazer o conjectural se passar por uma dedução ancorada em aspectos efetivos trazidos pelas fontes. A história, para retomar uma outra imagem de Ginzburg, impõe um trabalho sistemático em torno de "um emaranhado de verdade e possibilidades"²², mas é certamente tarefa do historiador esclarecer, passo a passo, onde estamos ou não em um terreno conjectural.

Nos dias de hoje, acredito que a maior parte do público consumidor de história, nos seus diversos níveis, conserva ainda a expectativa de que o historiador esclareça quando está lidando com fatos consensualmente aceitos e bem amparados por fontes e quando está lidando com o preenchimento conjectural. A veridicidade das interpretações históricas, nos tempos atuais, depende bastante da capacidade do historiador em esclarecer a sua base de objetividade.

Os tempos historiográficos que vivemos têm colocado outros desafios para os historiadores. O crescimento do impacto de algumas das vertentes pós-modernas que sustentam mais ruidosamente a descrença em relação à aproximação de qualquer

21 GINZBURG, Carlo. "Provas e Possibilidades à margem de 'O retorno de Martim Guerre' de Natalie Davis" In: *A Micro-História e outros ensaios*. São Paulo: Difel, 1991, p.198.

22 GINZBURG, Carlo. "Provas e Possibilidades à margem de 'O retorno de Martim Guerre' de Natalie Davis", p.200.

tipo de verdade histórica, propondo novas agendas para os historiadores em relação a esta questão, coloca o historiador diante de uma demanda que parece propor a reversão de uma das suas obrigações mais tradicionais. Abdicar de sua busca por algum tipo de conhecimento verdadeiro, ou tornar-se indiferente à verdade, seria, para um historiador, similar à renúncia dos profissionais da área da saúde a conservar como seu principal objetivo a manutenção e aprimoramento da vida.

A História surgiu, na Antiguidade, como um novo campo de saber que se propunha a abordar o mundo das ações humanas efetivamente ocorridas, a partir da construção de relatos verdadeiros (no sentido que atrás determinamos, de relatos dotados de veracidade na exploração dos seus materiais e de veracidade na formulação de suas interpretações). O reconhecimento de que o trabalho historiográfico precisa lidar com a relatividade dos pontos de vista foi se afirmando cada vez mais na história da historiografia, a princípio de modo mais gradual e, depois, de modo mais intensificado, a partir do estabelecimento da historiografia científica. A tensão gerada por um duplo compromisso de continuar a produzir um conhecimento verdadeiro, ao mesmo tempo que se reconhece a relatividade de todos os pontos de vista, não abalou a Historiografia nos seus pressupostos básicos. Nos momentos de crise, contudo, esta tensão parece gerar incômodos. Muitos, conforme exemplificamos anteriormente, perguntam-se hoje: “o que é a verdade”?

A pergunta ressoa no ar, de tempos em tempos, notadamente nos momentos de crise; mas apesar disso, ainda se espera do historiador que ele produza um trabalho amparado na veracidade dos fatos e na veracidade de suas interpretações. Há inclusive, é interessante acrescentar, várias demandas sociais e institucionais pelo trabalho do historiador como o profissional mais indicado para fornecer uma base informativa segura, mesmo que não apenas para servir à posterior produção de interpretações historiográficas. No Brasil, por exemplo, o projeto de regulamentação da profissão do historiador prevê a sua potencial atuação em ambientes diversos, que vão das mídias criativas às indústrias de todos os tipos. A recuperação e resgate do Patrimônio Histórico, por exemplo, requer um trabalho consciente sobre a base informativa, do mesmo modo que os historiadores já fazem pesquisas extensas e significativas para produtores de cinema, televisão e teatro, nos casos em que estão em jogo criações que envolvam uma temática ou um fundo histórico. Mesmo a indústria já se vale dos serviços de historiadores com vistas ao estudo da trajetória de produtos que se pretenda lançar no mercado. A veracidade informativa que os historiadores podem proporcionar, enfim, tem ocupado uma posição importante nas demandas várias que têm requerido o trabalho de historiadores. Deste modo, se os historiadores firmaram-se no último

século como produtores de interpretações históricas dotadas de veridicidade – a qual pode ser considerada o seu trabalho de nível mais complexo –, a construção de bases informativas dotadas de veracidade não é propriamente um trabalho menor. Por vezes, uma formação acadêmica que privilegia a habilidade interpretativa dos historiadores, em detrimento do trabalho de mera precisão factual, pode parecer clamar por novos ajustes diante das inúmeras demandas que hoje se colocam diante dos historiadores, para além ou aquém do produto final que seria uma interpretação historiográfica. Por outro lado, é preciso nunca esquecer que o trabalho historiográfico realiza-se através de um esforço criativo.

História e Ficção

Admitir que existem efetivamente elementos de realidade que podem ser pensados a partir de bases objetivas (e subjetivas) oferecidas pelas fontes não implica, necessariamente, dizer que a ficção e as técnicas literárias são inúteis à operação histórica. A necessidade historiográfica de lidar com a veracidade dos fatos e a veridicidade das interpretações, já desde os primórdios oitocentistas da historiografia científica, contrapõe-se de fato com as possibilidades de entremear verdade histórica e ficções úteis. Será útil ao historiador o uso da ficção, desde que isto seja devidamente esclarecido ao leitor ou que fiquem evidentes os momentos em que a ficção está sendo utilizada apenas como um recurso estilístico para colocar em evidência certos elementos verdadeiros – sejam eles decorrentes da veracidade de informações trabalhadas ou de interpretações que podem ser apresentadas com veridicidade?

Michelet já nos dava, no século XIX, o exemplo da *Feiticeira*, um personagem fictício que atravessa os séculos e representa o conjunto de feiticeiras e a especificidade de suas transformações ao longo dos vários períodos históricos nos quais as sociedades europeias defrontaram-se com a questão da feitiçaria²³. A obra, na sua época, provocou certo escândalo. Por meio de diversos recursos tipicamente literários, como as mudanças drásticas nos registros das narrativas e outras estratégias discursivas que favorecem a quebra da linearidade temporal, pode-se dizer que o historiador Michelet antecipa aqui ousadias literárias que só seriam adotadas com maior ousadia por

23 Conforme Carlo Ginzburg, Michelet teria se inspirado, com relação à utilização desse recurso, em uma obra de Thierry, na qual este historiador cria um camponês prototípico chamado Jacques Bonhomme, o qual também atravessa os séculos (GINZBURG, “Controlando a evidência: o juiz e o historiador”, p. 350). A obra de Thierry tem por título: “Histoire véritable de Jacques Bonhomme”, e Ginzburg a classificou – assim como *A Feiticeira* de Michelet – como “biografia imaginária”.

historiadores a partir das últimas décadas do século XX, e ainda assim enfrentando resistências no seio de setores da historiografia ainda mais arraigados aos modos tradicionais de escrever um texto com pretensões historiográficas. Pode-se dizer, para retomar o par conceitual proposto por Todorov ao falar em uma “verdade de adequação” e uma “verdade de desvendamento”, que Jules Michelet está muito mais preocupado, nesta obra, em revelar sentimentos profundos e formas de sensibilidade relacionadas à figura da Feiticeira. Sua preocupação, nos termos de Todorov, é com a “verdade de desvendamento”. O historiador francês vale-se, então, dos recursos literários com a ousadia de um romancista, o que, obviamente, produz uma ruptura em relação aos parâmetros habituais de veridicidade que ainda hoje são exigidos de um texto historiográfico. Contudo, ao explicitar bem os seus propósitos ao utilizar este recurso literário, pode-se dizer que Michelet pretende neutralizar de alguma maneira as oposições inspiradas no modelo tradicional de veridicidade historiográfica. Isso não impediu, de todo modo, as já assinaladas críticas que a obra recebeu em sua própria época. Há que compreender, todavia, as intenções do historiador francês oitocentista, similar ao jogo de complementaridades que Todorov ilustra, na passagem abaixo, com a metáfora da pintura:

“Neste ponto, a comparação com um retrato pintado pode ser esclarecedora. Imaginemos que já conhecemos o seu modelo. Se o retrato lhe atribui olhos azuis quando estes na realidade são negros, diremos que lhe falta verdade de adequação, mas, de dois retratos igualmente ‘adequados’, acharemos que um é mais ‘revelador’ que o outro (ou mais ‘profundo, ou de uma maior verdade de desvendamento, etc...). Neste caso, o critério do último é intersubjetivo e não referencial: a interpretação mais verdadeira, neste segundo sentido da palavra, é a que recolhe a mais forte adesão entre os seus leitores. Acontece assim com as interpretações o mesmo que com as obras de ficção, que também elas, possuem uma verdade de desvendamento” (TODOROV, Tzvetan. *As Morais da História*. Lisboa: Europa-América, 1991. p.166).

A imaginação literária pode ser um recurso valioso para a produção de conhecimento histórico, desde que não imagine-mos que a reflexão historiográfica simplesmente está fadada a se confundir com a imaginação criativa em vista do insistente argumento da ruptura entre a Palavra e o Mundo. Confundir História e Literatura é cair na tendência que atrás definimos como ‘pós-modernismo especulativo’. A ideia de que “não existem fatos, apenas interpretações” – certamente interessante na filosofia – é letal na História, além de desnecessária. Ao mesmo tempo, a noção de que a história científica deve abrir mão de suas pretensões literárias é igualmente nociva: ela afasta o historia-

dor do seu público. Este ponto, ademais, leva-nos a outro aspecto importante que é o da relação do historiador com os seus leitores, ou com o que dele espera o seu próprio tempo. Falamos aqui, mais uma vez, das utilidades da História para a Vida.

Lançando novas luzes sobre o passado e mediando novos efeitos do passado sobre o presente

Se exige-se do historiador ou do produtor de textos historiográficos a dupla conexão entre veracidade ou veridicidade, sendo esta a base fundamental para a produção de um conhecimento verdadeiro em historiografia, devemos ter em vista que estas exigências mínimas, com tudo o que elas implicam, constituem apenas parte daquilo que se espera de um texto historiográfico. A função do historiador, certamente, não é apenas a de produzir veracidade e veridicidade bem entremeadas em um texto historiográfico. Afirmar que somente isto constitui a tarefa do historiador deixaria de fora, talvez, o principal. Não é função do historiador tornar digerível para o leitor não especializado um passado-presente que se encontra em parte registrado nas fontes de todos os tipos. Se a função do historiador é produzir novas interpretações sobre o passado, é porque a sua principal função é lançar novas luzes sobre ele, a partir das demandas de seu próprio tempo. Encontrar uma sintonia de utilidade para a vida para esta operação que dele demanda lidar adequadamente com a veracidade e a veridicidade é a missão última do historiador. A parte criadora do esforço historiográfico encontra seu termo, de um lado, nesta habilidade do historiador em lançar novas luzes sobre o universo das ações humanas, através de seu sempre renovado gesto interpretativo. Concomitantemente, espera-se dos historiadores que também promovam a mediação do fluxo inverso, através do qual o passado constantemente produz novos efeitos sobre o presente. Para esta dupla tarefa, cada nova geração convoca incessantemente os historiadores, no seu inesgotável esforço coletivo de permanente reescrita da História.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1985.

BARTHES, Roland. "O Discurso da História" In: *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [original: 1967].

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CERTEAU, Michel De. "A Operação Historiográfica" In *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119 [original: 1974].

- COSTA, Arrisete Cleide de Lemos. *Historiografia e Hermenêutica: uma interpretação da narrativa microanalítica de O Queijo e os Vermes, de Carlo Ginzburg*. Maceió: Edufal, 2014.
- FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: Amand Colin, 1992 [original: 1953].
- FONTANA, Josep. *A História dos Homens*. São Paulo: Edusc, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: PUC, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 2008, 9ª edição.
- GADAMER, Hans-Georg. *A Consciência Histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 1998 [original: 1996].
- GINZBURG, Carlo. "Controlando a evidência: o juiz e o historiador" In: NOVAIS, F. e SILVA, F. *Nova História em perspectiva*. Rio de Janeiro: CosacNaify, 2013, p. 341-35.
- GINZBURG, Carlo. "Provas e Possibilidades à margem de 'O retorno de Martim Guerre' de Natalie Davis" In: *A Micro-História e outros ensaios*. São Paulo: Difel, 1991, p. 198-ss.
- HARTOG, F. "Les Historiens Grecques" in BURGUIÈRE, A (org). *Dictionnaire des Sciences Historiques*. Paris: PUF, 1986.
- JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [original: 1979].
- MARIN, Juan José. Entrevista a Giovanni Levi. *Revista de História*, nº 41, jan/jun 2000. Heredia: Costa Rica, 1999, p. 131-148.
- MARWICK, A. *The Nature of History*. London: Macmillan, 1970.
- MICHELET, Jules. *A Feiticeira*. São Paulo: Círculo do Livro, sd [original: 1862].
- MOMIGLIANO, A. *Problèmes d'Historiographie Ancienne et Moderne*. Paris: Gallimard, 1983.
- NIETZSCHE, Friedrich. "Considerações extemporâneas 1873-1874" In: *Obras incompletas*. Seleção de textos de Gérard Lebrun. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- Pinto-Duschinsky, Michael. Selling the Past – the dangers of outside finance for historical research. *Times Literary Supplement*, 23 oct 1998, p. 16-17.
- SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995 [original: 1971].
- TODOROV, Tzvetan. "As Ciências Morais e Políticas" In: *As Morais da História*. Lisboa: Europa-América, 1991. p. 7-21.
- TODOROV, Tzvetan. "Ficções e Verdades" In: *As Morais da História*. Lisboa: Europa-América, 1991. p. 125-161.
- TODOROV, Tzvetan. "Post-Scriptum – A verdade das interpretações" In: *As Morais da História*. Lisboa: Europa-América, 1991. p. 125-162-169.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1999.

Publicações do Instituto Humanitas Unisinos



Nº 46 – *Consequências do Outono: rua, juventude e desencanto político*

Cadernos IHU em formação é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista *IHU On-Line* e nos Cadernos IHU ideias. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 88 – *Política e perversão: situando o Paulo de Žižek* – Adam Kotsko

A publicação dos Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.

Nº 49 – *A Dádiva de Si e a “Juventude”*: uma etnografia sobre movimento escoteiro – Caio Fernando Flores Coelho



Os Cadernos IHU divulgam pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas ética, trabalho e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Nº 211 – *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi



Os Cadernos IHU ideias apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 04 *Ermani M. Fiori* – Uma Filosofia da Educação Popular – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Kruschke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muszkopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadiu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadiu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éliada Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais – Thomas Kesselring* *Juizos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx

- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoece: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valerio Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, termo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro

- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Favero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Rôber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljénitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A phília como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingos
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmiento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva

- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A “Crise da Legalidade”: vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luís do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como “discurso-limite”)* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Marièle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Braganolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi



José Costa D'Assunção Barros é doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (1999), mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (1994), graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993), graduado em Música (Composição Musical) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989). É professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Na área de História, tem atuado principalmente com temáticas ligadas às seguintes

áreas: Historiografia, Teoria da História, Metodologia da História, História Cultural, História da Arte, Cinema-História. Na área de Música, tem desenvolvido trabalhos na área de Musicologia Histórica e História da Música. Publicou quinze livros e cerca de cem artigos, dezoito dos quais em revistas internacionais. Entre os livros publicados, destacam-se: *O Campo da História*, *Cidade e História*, *O Projeto de Pesquisa em História*, *Raízes da Música Brasileira*, *Teoria da História*, em cinco volumes, e *A Construção Social da Cor* (os dois primeiros foram traduzidos para o espanhol e publicados no exterior). Organizou dois livros coletivos (*Cinema-História e Especialidades – espaço e cultura na História*). Participa do Conselho Consultivo ou do corpo de pareceristas de vários periódicos acadêmicos. É filiado ao laboratório de pesquisas Pluralitas.

Algumas obras do autor

BARROS, José D'Assunção. Jacques Le Goff – Considerações sobre sua contribuição para a Teoria da História. *Cadernos de História*, v. 14, p. 135-156, 2013.

BARROS, José D'Assunção. *A Construção Social da Cor*. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. v. 1. 252p.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. v. 1. 115p.

BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História*. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. v. 1. 236p.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História – Especialidades e Abordagens*. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. v. 1. 222p.